

Orçamento: o desafio de aumentar a transparência

Casos como da máfia dos sanguessugas e da Gautama estimulam mudanças na tramitação orçamentária. José Maranhão, presidente da Comissão de Orçamento, quer mais transparência e defende as prerrogativas parlamentares. Professor da UnB, Roberto Piscitelli afirma que a corrupção pode começar na definição das obras prioritárias.

PÁGINA 9

Ameaças à vida no planeta mobilizam senadores

Alertas sobre os efeitos das mudanças climáticas, alguns já observados no Brasil, e apelos por medidas urgentes que reduzam as causas do aquecimento global marcaram os debates em Plenário sobre o Dia Mundial do Meio Ambiente, celebrado em 5 de junho. Da tribuna, 12 senadores chamaram a atenção dos brasileiros para problemas como o avanço do mar sobre o Rio de Janeiro e outras cidades litorâneas, os riscos da falta de água para o abastecimento, a contaminação de alimentos e a perda acelerada das reservas florestais do país.

PÁGINA 7



Ativistas do Greenpeace estendem uma régua de medição nas areias da praia de Copacabana, no Rio de Janeiro, para conscientizar autoridades e população sobre os riscos do avanço do mar

CPI do Apagão Aéreo aprova relatório parcial

PÁGINA 8

cidadania

Dicas que podem ajudar na escolha da profissão

Para reduzir as angústias comuns na fase de escolha da profissão, os especialistas sugerem etapas como o autoconhecimento, a realização de pesquisas sobre as carreiras e a reflexão sobre o futuro desejado. Veja outras dicas no Especial Cidadania.

PÁGINA 16

e mais...

AGENDA

Página 2

AMBIENTE LEGAL

FOTO DA SEMANA

FRASES

VOZ DO LEITOR

Página 13

Conselho de Ética investiga acusações contra Renan

O presidente do Conselho de Ética, senador Sibá Machado, acolheu representação por quebra de decoro parlamentar contra Renan Calheiros e indicou Epitácio Cafeteira como relator do processo.

PÁGINA 8



Epitácio Cafeteira fará a análise da documentação apresentada por Renan Calheiros

CÉLIO AZEVEDO

Maiores de 65 anos podem ter prioridade em precatórios

Valdir Raupp, relator da proposta de emenda à Constituição que trata dos precatórios, tem nova reunião, nesta quarta-feira, para discutir o texto com representantes de estados e

municípios, e de entidades civis, como a OAB. Ele propõe que maiores de 65 anos e doentes terminais tenham prioridade na hora de receber os pagamentos de precatórios.

PÁGINA 2





Comissão de Ciência e Tecnologia deve votar na terça mudanças na Lei de Licitações

Na pauta da CCT, projeto que aperfeiçoa pregão eletrônico

O projeto que altera a Lei de Licitações para ampliar o uso do pregão eletrônico nas compras do governo poderá ser votado nesta terça-feira pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT). A maior transparência nas licitações é um dos argumentos utilizados pelos defensores do uso generalizado do pregão eletrônico, instituído por lei em 2002.

Essa matéria (PLC 32/07), que já foi aprovada na Câmara, é um dos itens do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e tramita no Senado em regime de urgência.

De acordo com Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) – que relatou

a proposta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) –, as licitações nas quais se passou a utilizar a modalidade de pregão eletrônico vêm sendo concluídas na metade do tempo e tornaram-se até 20% mais baratas.

Por outro lado, uma das críticas à matéria é que há limites de valor para a utilização dessa modalidade de licitação. Quando foi acolhida na Câmara, a proposição limitava o uso do pregão eletrônico, no caso de obras, a contratos de até R\$ 340 mil. Jarbas Vasconcelos elevou esse limite para R\$ 3,4 milhões. Já no caso de bens e serviços, ele manteve o teto fixado na Câmara:

R\$ 85 milhões.

Se for aprovada na CCT, na qual o relator é Romeu Tuma (DEM-SP), a matéria deverá ser encaminhada para o Plenário.

Proibição evitaria o uso de “laranjas”

O projeto proíbe que participem de licitações as pessoas ou as empresas – incluindo seus proprietários ou diretores – que tenham praticado atos lesivos à administração pública, ainda que participantes de outra empresa jurídica. A proibição atingiria também os chamados “laranjas”.

O texto inclui as obras de engenharia entre as que podem ser licitadas pela internet.

Fim da publicação de edital em jornais causa polêmica

Enquanto o governo federal e os municípios querem o fim da obrigatoriedade de publicação de editais em jornais de grande circulação nacional, a proposta, que estava no texto original do PLC 32/07, sofre resistência no Congresso. Na última versão do projeto, aprovada na CCJ, o relator, senador Jarbas Vasconcelos, manteve a determinação de que a publicidade à licitação deve ser feita pela grande imprensa. Os editais são uma das grandes fontes de recursos para os diários nacionais.

O projeto apresentado pelo governo e aprovado pela Câmara previa o fim da obrigatoriedade, já que, além do Diário Oficial da União, os editais passarão a ser publicados nos endereços eletrônicos oficiais na internet.

– A internet hoje é muito mais eficaz, muito mais irradiadora do

que qualquer jornal de grande circulação – defendeu o deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP).

A justificativa é que a publicação em jornais representa um custo muito alto, especialmente para municípios pequenos.

O deputado Márcio Reinaldo Moreira (PP-MG), relator do projeto, calcula que a liberação da publicação na imprensa privada evitará que municípios pequenos gastem cerca de R\$ 20 mil por mês. “Enquanto uma pessoa coloca um texto no jornal por R\$ 20 por linha, para os órgãos públicos isso custa entre R\$ 60 e R\$ 70”, argumentou.

O procurador-geral do Ministério Público no Tribunal de Contas da União (TCU), Lucas Rocha Furtado, que participou de audiência pública sobre a proposta na Câmara, argumentou que 20% da população têm acesso à internet.

A página inicial da Imprensa Nacional (que mantém a versão eletrônica do Diário Oficial) recebe uma média de 3,6 milhões de acessos mensais, enquanto que a tiragem da versão em papel é de cerca de 30 mil exemplares.

Por outro lado, o presidente da Associação Brasileira de Imprensa Oficial (Abio), Hubert Alqueires, acredita que a internet ainda não é capaz de garantir a publicidade de informações oficiais. Sônia Regina Mury, da Advocacia Geral da União, esclarece que a intenção do projeto é facultar, e não determinar, a publicação daqueles atos na internet. O presidente da Confederação Nacional de Municípios, Paulo Roberto Ziulkoski, afirmou que os órgãos de imprensa são contra a dispensa de publicação de editais porque não querem “perder o filé”.

Com Agência Câmara.

Relator define novo texto para PEC dos precatórios

As pessoas com mais de 65 anos e com doenças terminais terão direito de precedência na fila de pagamento das dívidas das fazendas públicas reconhecidas pela Justiça. Essa é uma das propostas apresentadas por entidades civis que o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) resolveu incorporar na nova versão do seu relatório, a sexta até agora, sobre a chamada PEC dos precatórios.

O novo texto do relatório sobre a proposta de emenda à Constituição (PEC 12/06) será discutida na reunião agendada para esta quarta-feira entre Raupp e os secretários estaduais de Fazenda, representantes dos municípios e entidades civis, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). A reunião deveria ter sido realizada na semana passada, mas foi adiada pela impossibilidade de compatibilizar as agendas dos secretários.

Raupp não aceitou a proposta da OAB de substituir o mecanismo de leilão dos recursos que os estados e os municípios serão obrigados a destinar para pagar precatórios. O novo texto mantém o leilão. O relator admitiu, porém, um dispositivo legal sugerido pela OAB, reconhecendo os termos de compromisso já firmados nas juntas conciliatórias dos tribunais.

Raupp também quer debater com os estados e os municípios uma regra que recompense as unidades da Federação que se esforçaram para pagar os seus precatórios. A ideia seria autorizar que eles pudessem optar entre o limite de comprometimento da sua receita corrente líquida (2,5% para os estados e 1,5% para os municípios, conforme versão do relator) e o prazo de dez anos para o regime especial de pagamento dos precatórios.

Publicidade pode ir para o fim da fila de pagamentos

Projeto que está pronto para votação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) propõe vedar o pagamento de despesas com publicidade, por parte da União, estados e municípios, em valor superior aos débitos de natureza alimentícia constantes de precatórios ainda não pagos até o encerramento do exercício se-

guinte ao do ano em que foram incluídos no Orçamento.

Se aprovada na CAE, a proposta (PLS 262/05-Complementar), de autoria de Marcelo Crivella (PRB-RJ), seguirá para decisão final em Plenário. A matéria tem parecer favorável do relator, senador Romeu Tuma (DEM-SP).

Presidência

Mototaxistas pedem apoio de Renan Calheiros

Depois de 19 dias de viagem entre Manaus e Brasília, uma comitiva de mototaxistas foi recebida na quarta-feira pelo presidente do Senado, Renan Calheiros.

A categoria pediu o apoio do Senado às quatro propostas sobre regulamentação da atividade que tramitam em conjunto na Câmara. Os mototaxistas estavam acompanhados do senador

João Pedro (PT-AM), que anunciou a realização de uma audiência pública, no Congresso, no dia 21, para debater a regulamentação.

Renan disse acreditar na construção de uma alternativa que faça justiça aos mototaxistas. Após evidenciar o papel do Senado na interação com a sociedade, ele destacou a necessidade de negociar essa demanda.

Comissões

TERÇA-FEIRA

9h30 – ASSUNTOS SOCIAIS

Obesidade – A comissão realiza audiência pública sobre causas e consequências da obesidade no Brasil, em especial nas crianças. Foram convidados, entre outros, os professores Carlos Monteiro, da Escola de Saúde Pública da USP, e Edgar Rebouças, da Universidade Federal de Pernambuco, e a coordenadora da Sociedade Internacional de Endocrinologia, Valéria Guimarães.

10h – ASSUNTOS ECONÔMICOS

Imposto de Renda – Na pauta, proposta para permitir a dedução, no Imposto de Renda devido, de doações a programas oficiais de combate à fome.

14h – DIREITOS HUMANOS

Violença contra idoso – Audiência pública sobre questões relativas ao Dia Mundial de Combate à Violência contra o Idoso. Entre os convidados, o presidente do Conselho Nacio-

nal do Idoso, Paulo Roberto Barbosa Ramos, e a coordenadora do Programa de Prevenção à Violência do Ministério da Saúde, Marta Maria Alves da Silva.

9h – CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Licitações – Na pauta, projeto que altera a Lei de Licitações e estende o uso do pregão eletrônico às compras do governo.

QUARTA-FEIRA

9h – CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Audiovisual – A produção de conteúdo audiovisual por empresas de telecomunicações é tema de audiência pública.

QUINTA-FEIRA

10h – INFRA-ESTRUTURA

Gargalos – A comissão ouve o ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, e os governadores do Espírito Santo, Paulo Hartung; de Goiás, Alcides Rodrigues; e de Minas Gerais, Aécio Neves, sobre os gargalos que impedem a consolidação do Corredor Centro-Leste.

Plenário

SEGUNDA-FEIRA

14h - Sessão não-deliberativa

TERÇA-FEIRA

14h - Sessão deliberativa
Pauta trancada - Três PLVs e três MPs trancam as votações. Entre os temas, a criação da Timemania.

QUARTA-FEIRA

14h - Sessão deliberativa
A pauta depende dos resultados de terça-feira.

QUINTA-FEIRA

14h - Sessão deliberativa

SEXTA-FEIRA

9h - Sessão não-deliberativa

PLENÁRIO

Aprovado teto para o auxílio-doença

O Senado aprovou projeto de lei (PLS 261/05) do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) que cria novas regras para a concessão do auxílio-doença pela Previdência Social. A maior novidade é o estabelecimento de um teto mensal para esse tipo de benefício. Relatada pelo líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), a matéria vai à Câmara.

A proposta baseou-se na Medida Provisória 242/06, rejeitada pelo Congresso Nacional.

O governo alegou a necessidade de reprimir os esquemas de corrupção na concessão dos benefícios, mas, para a oposição, a MP apenas dificultava o acesso ao auxílio e mudava a forma de cálculo, sem combater as fraudes.

Uma máfia que age há anos, formada por servidores públicos, advogados, médicos-peritos e até políticos e empresários, tem provocado prejuízos enormes aos cofres do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). De 2001 a 2004, os gastos do órgão com auxílio-doença subiram 260%, saltando de R\$ 2,5 bilhões para

R\$ 9 bilhões anuais.

A principal inovação do projeto de Mercadante é a definição de um limite para o valor mensal pago como auxílio-doença. Esse teto não poderá exceder a média aritmética simples dos últimos 24 salários-de-contribuição ou, se o período de contribuição for menor, o maior salário-de-contribuição. Hoje, o cálculo se baseia na média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição, corres-

pondentes a 80% de todo o período contributivo.

– A concepção do auxílio-doença é a de um direito para o atual momento da vida do trabalhador. Não é um benefício perene. É justo que

aposentadorias e pensões sejam regidas pela história contributiva do trabalhador e que o auxílio-doença guarde relação com a realidade atual do trabalhador – afirmou Mercadante.

Pelo texto, as empresas são obrigadas a enviar à Previdência informações sobre os trabalhadores contratados, sob pena de sanções em caso de acidentes de trabalho.

Alteração na forma de cálculo é a principal novidade no projeto aprovado

Parque de Jericoacoara terá saneamento básico

Os limites originais do Parque Nacional de Jericoacoara (CE) foram alterados por projeto de lei da Câmara (PLC 76/06) aprovado pelo Senado e enviado à sanção. A região é famosa por suas dunas, e a área protegida atual, criada em 1984, tem cerca de 200 km².

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), relator, esclareceu que o projeto busca proteger e preservar amostras dos ecossistemas costeiros e assegurar a preservação de seus recursos naturais, possibilitando a realização de pesquisa científica e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. A proposta, acrescentou, também evita o excessivo crescimento de-

mográfico e suas conseqüências danosas ao meio ambiente e à população da região do parque, situado nos municípios de Jijoca de Jericoacoara e Cruz.

A Companhia de Água e Esgotos do Estado do Ceará apresentou ao Ibama projeto que prevê a instalação do sistema de coleta e estações elevatórias e de tratamento de esgoto, informou Virgílio.

– Existe uma forte demanda social e ambiental para revisão dos limites da área de proteção na Vila de Jericoacoara – disse.

O senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) destacou que, apesar da perda de um espaço destinado à preservação, é preciso que Jericoacoara tenha condições sanitárias para atender os 9 mil turistas que acorrem ao município no verão.

Sete rádios comunitárias são autorizadas pela CCT

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) aprovou na quarta-feira sete projetos de decreto legislativo com concessões para serviços de radiodifusão. Desse grupo, quatro se referem a rádios comunitárias nos seguintes municípios: Anori (AM), Cedral (SP), Ceilândia (DF) e Palmas de Monte Alto (BA). Os outros três tratam de transmissão em frequência modulada (FMs) nos municípios de Murici (AL), Nova Brasilândia D'Oeste (RO) e São Miguel do Iguçu (PR).

Também foram aprovados pela comissão quatro requerimentos de audiência pública, com data ainda a ser marcada. A líder

do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), solicitou o debate do PLS 272/05, proposta do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que busca dar mais transparência à publicidade governamental.

Já o senador Wellington Salgado (PMDB-MG), presidente da CCT, pediu uma audiência para tratar das propostas que tipificam os crimes cometidos via internet. O parlamentar pediu ainda uma reunião para discutir a implantação da rádio digital no país, enquanto o senador Augusto Botelho (PT-RR) requereu uma reunião para discussão do programa de energia nuclear brasileiro e da prevenção de uma eventual crise energética.



Jucá (C), líder do governo, relatou projeto de Mercadante, que agora vai à análise dos deputados

Seis MPs trancam a pauta do Plenário

Enviados pela Câmara dos Deputados, chegaram ao Senado na semana passada três projetos de lei de conversão (PLVs) e três medidas provisórias (MPs), que entram na ordem do dia já com o prazo de apreciação esgotado e trancam a pauta de votações.

As medidas tratam de temas

como a Timemania, o plano de carreira da seguridade social, os Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro e o reajuste do valor do salário mínimo, anunciado em abril.

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) voltou a criticar o governo federal pelo "uso abusivo e excessivo de MPs". Ele

condenou principalmente a MP 360/07, que cria a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, assunto que, para o senador, nada tem de urgente (um dos requisitos para a edição das MPs).

– O trabalho legislativo, mais uma vez, é prejudicado – lamentou Azeredo.

- PLV 15/07 (proveniente da MP 359/07) - Reorganiza os cargos da carreira do Instituto Nacional do Seguro Social e reajusta sua remuneração por meio do aumento dos vencimentos a partir de 1º de julho de 2008 e do aumento da Gratificação de Desempenho de Atividade do Seguro Social a partir de 1º de março de 2007.

- PLV 16/07 (da MP 358/07) - Prorroga o prazo para que as entidades optantes da loteria Timemania parem seus débitos vencidos até 31 de dezembro de 2006; autoriza a Agência Nacional do Cinema (Ancine) a fomentar as atividades audiovisuais com incentivos de dedução do Imposto de Renda aos patrocinadores; e revoga alguns dispositivos da Lei da Timemania.

- PLV 17/07 (da MP 361/07) - Aumenta de 60 para 160 o número de contratações temporárias que o Ministério da Defesa pode fazer para reforçar o quadro de pessoal do controle de tráfego aéreo; institui o Auxílio de Avaliação Educacional para os servidores que participarem de processos de avaliação realizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) ou pela Fundação Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); cria

cargos comissionados; e cria gratificações temporárias para gerenciar as ações do governo federal nos Jogos Pan-Americanos de 2007.

- MP 360/07 - Cria a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República em substituição à Secretaria de Imprensa e Porta-Voz. O novo órgão passa a fazer parte da estrutura direta da Presidência e o secretário passa a ter *status* de ministro.

- MP 362/07 - Reajusta o valor do salário mínimo de R\$ 350 para R\$ 380 a partir de 1º de abril de 2007. O reajuste de 8,57% corresponde à variação real do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), referente ao período de 1º de abril de 2006 a 31 de março de 2007.

- MP 363/07 - Autoriza o Tesouro Nacional a pactuar condições aceitas pela prática internacional aplicada a países, projetos ou setores com limitações de acesso a financiamento de mercado e passa para a Câmara de Comércio Exterior (Camex) a competência para estabelecer condições para aplicação da lei de financiamento vinculado à exportação de bens e serviços nacionais.

(Com informações da Agência Câmara)

Programa anti-Aids atrai estrangeiros

A União Interparlamentar, organização internacional que congrega representantes de mais de cem parlamentos, promoveu na última terça-feira uma reunião entre senadores, deputados e uma comissão de parlamentares da Índia, África do Sul, Suécia e Uganda. O objetivo foi mostrar aos visitantes as medidas adotadas pelo governo brasileiro no controle e combate ao avanço da Aids. Estiveram

presentes os senadores brasileiros Augusto Botelho (PT-RR), César Borges (DEM-BA) e Mão Santa (PMDB-PI).

Durante a reunião, que foi conduzida pelo deputado Germano Bonow (DEM-RS), os parlamentares estrangeiros se inteiraram do programa brasileiro de combate à epidemia, e foram apresentados às suas particularidades no país. Os expositores do evento aponta-

ram para o avanço no controle da doença, mas lembraram que em alguns setores da sociedade, como no caso dos idosos, os resultados ainda estão abaixo do esperado.

Eduardo Barbosa, representante do Programa Nacional de DST e Aids, vinculado ao Ministério da Saúde, afirmou que o país acerta ao estimular o uso do preservativo para combater o avanço do HIV.

COMISSÕES

Censura ou proteção? Em debate, a classificação na TV

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou requerimento dos senadores César Borges (DEM-BA) e Arthur Virgílio (PSDB-AM) para realizar audiência pública destinada a debater a Portaria 264 do Ministério da Justiça, de fevereiro deste ano, que regulamenta a classificação indicativa de obras audiovisuais destinadas à televisão.

Para César Borges, sob pretexto de disciplinar o Estatuto da Criança e do Adolescente, classificando programas de televisão de acordo com a faixa etária, a portaria pode ser um passo em direção ao controle da mídia, correndo o risco de terminar em censura.

– A liberdade de expressão é um valor que não deve ser questionado ou delimitado, tampouco depender do humor das



Para César Borges, sob pretexto de disciplinar estatuto, portaria pode ser um passo para o controle da mídia, e até para a censura

autoridades. Qualquer tentativa de impedir as pessoas de expressar livremente seu pensamento, ou de assistir a esse ou àquele programa de TV, precisa ser coibida, sob pena de acabarmos chegando à censura dos meios de

comunicação – protestou.

Segundo Arthur Virgílio, a preocupação com a censura nunca poderá ser excessiva em um país que conviveu com o problema em 21 anos de ditadura militar, período em que os costumes

Sílvio de Abreu: telenovelas não mudam as pessoas

As telenovelas são capazes de criar modismos e provocar debates, mas agem apenas de forma superficial sobre os telespectadores e não têm o poder de “mudar as pessoas”. Essa é a opinião do autor Sílvio de Abreu, que participou de audiência pública promovida pela Comissão de Educação (CE).

– Os exemplos que mudam a cabeça do público são os exemplos da sociedade em que vivemos. Quando o público toma conhecimento de uma série de escândalos, vai-se criando uma imagem torta do que sejam a moral e a ética – afirmou Sílvio de Abreu, funcionário há 29 anos da Rede Globo e autor da telenovela *Belíssima*.

Foi uma entrevista concedida

por Sílvio de Abreu à revista *Veja*, no ano passado, que motivou o senador Pedro Simon (PMDB-RS) a sugerir a realização da audiência pública a respeito da influência da televisão na formação e na estruturação dos valores éticos e morais. Na entrevista, o autor revelou uma mudança no perfil do público, que teria passado a admitir comportamentos antes eticamente reprováveis.

A mudança de comportamento do público, como lembrou Simon, teria ocorrido ao longo dos últimos cinco anos. Até recentemente, observou, ao final de cada novela, “o mocinho ficava com a mocinha” e o “bandido ia para a cadeia”. Atualmente, comparou o senador, muitos telespectadores aplaudem quando uma mulher

troca o marido correto por um outro homem sem escrúpulos.

Ao contrário de Sílvio de Abreu, para quem a novela age de forma apenas superficial sobre a formação dos espectadores, o presidente da Associação Brasileira de Televisão Universitária, Gabriel Priolli, considera “central” a influência da televisão. Se a moral brasileira está “torta”, disse ele, a responsabilidade da televisão não seria pequena.

Também convidado para a audiência, o professor de Filosofia Roberto Romano, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), lembrou que a responsabilidade sobre a transmissão de valores ao público não pode ser atribuída apenas às telenovelas. Também precisam ser avaliados, a seu ver, os efeitos da propaganda e do merchandising.

A senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) felicitou Sílvio de Abreu por incluir nas telenovelas o debate de temas como as drogas, o alcoolismo e a corrupção. Mas lembrou a influência da televisão sobre as crianças e pediu que a programação “colabore para a formação moral e ética dos futuros cidadãos”.

A grande exposição das crianças à televisão também foi lembrada pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), para quem seria importante se discutir que tipo de conteúdo a sociedade brasileira gostaria de ver na TV.

da sociedade e a educação das crianças tiveram forte interferência do governo.

O senador pelo PSDB afirmou que prefere exagerar na vigilância a deixar passar um ato que tenha viés de censura. Como tentativas anteriores nesse sentido, durante o governo Lula, citou as propostas de criação do Conselho Federal dos Jornalistas e da Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual, “contra as quais a sociedade se manifestou”.

Entre os convidados para a audiência, estão o diretor do Departamento de Justiça, Classificação e Títulos do Ministério da Justiça, José Eduardo Romão, e representantes da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e TV, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e da Procuradoria dos Direitos do Cidadão do Ministério Público.

CCT vai analisar a produção de conteúdo audiovisual

O impacto do possível ingresso de empresas de telecomunicações na produção de conteúdo audiovisual, antes restrita a emissoras tradicionais de rádio e televisão, será avaliado pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Para a discussão, que ocorrerá nesta quarta-feira, foram convidados Amilcare Dalveo Júnior, membro do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Radiodifusores; José Fernandes Pauletti, presidente da Associação Brasileira de Concessionárias do Serviço Telefônico Fixo Comutado; Fernando Dias, presidente do Conselho Federal da Associação Brasileira de Produtores Independentes de Televisão; e um representante do Ministério das Comunicações.

Essa será a primeira reunião em tempos de convergência tecnológica”, conforme requerimento de Flexa Ribeiro (PSDB-PA). O senador afirma que o debate sobre o tema vem se concentrando, em primeiro lugar, na possível abertura da produção e difusão de conteúdo audiovisual a qualquer prestadora de serviços de telecomunicações. Há divergências acerca do controle acionário das empresas responsáveis por tais atividades.

Audiência pública discute combate à violência contra o idoso

As questões relativas ao Dia Mundial de Combate à Violência contra o Idoso, que é celebrado em 15 de junho, serão discutidas em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), nesta terça-feira, a partir das 14h. O senador Paulo Paim (PT-RS), autor do requerimento da audiência, argumenta que a data foi escolhida para agregar iniciativas que visem à conscientização social e política da existência da violência contra a pessoa idosa, com a finalidade de não aceitá-la como normal e de apresentar formas de prevenção a esse tipo de violência.

Entre os convidados para a reunião, estão o presidente do Conselho Nacional do Idoso, Paulo Roberto Barbosa Ramos, e a coordenadora do Programa de Prevenção à Violência do Ministério da Saúde, Marta Maria Alves da Silva.

Também estão convidados para o debate o subsecretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Perly Cipriano; a representante do Instituto Internacional de Prevenção à Violência no Rio de Janeiro, Laura Mello Machado; o representante da Federação dos Aposentados do Pará, Emídio Rebelo Filho; e as pesquisadoras Cecília Minayo, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), e Ana Amélia Camarano, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Paim lembra que, em 2002, os países membros da Organização das Nações Unidas (ONU) assinaram, no Canadá, a Declaração de Toronto, que definiu um plano internacional de Prevenção da Violência contra a Pessoa Idosa.

No Brasil, destacou o senador, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República lançou, em dezembro de 2005, o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência contra o Idoso. No documento, são expressas as competências e ações dos ministérios, bem como a co-responsabilização dos estados e municípios no desenvolvimento dessas ações em todo o território nacional.



Sílvio de Abreu (E), ao lado de Marcelo Crivella: exemplos que mudam a cabeça do telespectador vêm da própria sociedade

Avanço da obesidade infantil será avaliado com especialistas

As causas e conseqüências da obesidade, em especial entre as crianças, serão discutidas nesta terça-feira, a partir das 9h30, em audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Em seu requerimento que solicita o debate, Kátia Abreu (DEM-TO) cita dados do Ministério da Saúde segundo os

quais, no Brasil, cerca de 8,8% dos homens e 12,7% das mulheres podem ser considerados obesos. Ao todo, 40% da população sofrem de algum excesso de peso, de acordo com o ministério. A senadora afirmou que o avanço da obesidade entre o público infantil e jovem é ainda mais preocupante.

Uma pesquisa recém-divulgada do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostrou que, em 30 anos, o número de crianças e adolescentes acima do peso ideal no país subiu de 4% para 18% entre os meninos, e de 7,5% para 15,5% entre as meninas. Ao todo, a pesquisa classificou 6 milhões

de crianças e adolescentes como obesos.

Entre os convidados para a audiência estão os professores Carlos Monteiro, da Escola de Saúde Pública da USP, e Edgar Rebouças, da Universidade Federal de Pernambuco; a coordenadora da Política de Nutrição do Ministério da Saúde, Ana Bea-

triz Vasconcelos; a coordenadora da Sociedade Internacional de Endocrinologia, Valéria Guimarães; o coordenador político da Associação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos, Ivônio Nunes; e o vice-presidente da Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação, Carlos Roberto Faccina.

SAÚDE Projeto prevê a aplicação de vacinas contra HPV gratuitamente pelo SUS, a um custo de R\$ 1,8 bilhão

Senadora defende produção nacional para baixar custo

A vacina contra o papilomavírus humano (HPV), que chegou recentemente ao Brasil, custa entre R\$ 1.500 a R\$ 1.800 (as três doses necessárias), segundo a senadora Ideli Salvatti, autora do projeto de lei que institui a vacinação gratuita contra o HPV à população pelo Sistema Único de Saúde.

O preço de um programa de vacinação gratuita para o governo, que abrangesse uma população de meninas de dez a 12 anos, conforme Ideli, está estimado hoje em R\$ 1,8 bilhão, dado o custo elevado do produto.

– Mas, se a vacina for produzida no Brasil, sairá mais barato. Estamos estudando o assunto

– afirmou.

A vacina que está sendo aplicada no Brasil é quadrivalente, que protege a mulher de quatro subtipos do HPV (6, 11, 16 e 18), sendo os dois primeiros associados a 90% das verrugas genitais e os últimos responsáveis por 70% dos casos de câncer de colo uterino.

Em breve, o país receberá outra vacina, desenvolvida pelo laboratório Glaxo, com cobertura para os tipos 16 e 18 (vacina bivalente contra o HPV, ou cervarix, no exterior). As duas conferem imunidade de praticamente 100% contra a evolução maligna das lesões causadas por esses subtipos de HPV.



Patricia Saboya (C) preside audiência pública sobre vacinação contra o papilomavírus humano

CÉLIO AZEVEDO

CAS debate vacina gratuita contra HPV

O papilomavírus humano (HPV) é responsável por praticamente 100% dos cânceres de colo de útero, afirmou na quarta-feira, em audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), Newton Carvalho, da Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetria. A vacina contra o HPV, segundo ele, deverá ser eficaz e aumentar o nível de anticorpos do organismo.

A audiência debateu o projeto de lei (PLS 51/07) que garante o oferecimento de vacinação anti-papilomavírus humano (HPV) à população pelo Sistema Único de Saúde (SUS). A proposição, de autoria da senadora Ideli Salvatti (PT-SC), líder do bloco de apoio ao governo, determina a vacina quadrivalente contra o HPV pelos órgãos e entidades públicas, bem como pelas entidades privadas subvencionadas pelos governos

federal, estaduais e municipais – o que já ocorre com as vacinas classificadas como obrigatórias pelo Ministério da Saúde.

O câncer de colo de útero “assola o mundo inteiro, mas o maior índice da doença ocorre em países em desenvolvimento”, informou a representante do Hospital Oswaldo Cruz Bernadete Nonenmacher. Ela disse que, nos países desenvolvidos, existem programas de rastreamento mais eficazes para detectar o câncer de colo uterino.

A médica apresentou várias estatísticas e estudos, mostrando que, no Brasil, existem entre 10 a 12 milhões de mulheres infectadas pelo HPV e que cerca de 5 mil mulheres morrem por ano no país devido ao câncer de colo uterino.

Bernadete informou como são feitos os exames de prevenção para detecção de problemas na

mulher com relação ao HPV e os tipos de tratamento, desde a simples cauterização até cirurgias, muitas vezes com necessidade de quimioterapia e radioterapia.

Ela também defendeu a vacina contra o HPV, afirmando que é segura, tem eficácia e já é adotada por mais de 60 países. A vacina, explicou, é intramuscular e semelhante à da hepatite B, dada em três doses. Tem maior eficácia, segundo ela, quando aplicada em meninas de até 12 anos.

Newton Carvalho lembrou que a vacina não pode ser isolada, pois faz parte de um programa de prevenção contra a doença.

A coordenadora de Prevenção do Instituto Nacional do Câncer (Inca), Gulnar Mendonça, observou que esse tipo de câncer está em terceiro lugar na causa da morte de mulheres por cânceres no Brasil, atrás dos de mama e de pulmão.

“Você quer um bebê, mas não quer o HPV”, diz cartaz de campanha nos Estados Unidos



DIVULGAÇÃO

A ameaça das DSTs

340 milhões de casos de doenças sexualmente transmissíveis (DST) ocorrem anualmente no mundo.

Calcula-se que 25% da população mundial, sem nenhuma doença evidente, estejam infectados pelo HPV.

Estima-se que 50% a 75% dos homens e mulheres sexualmente ativos entrem em contato com pelo menos um tipo de HPV em algum momento de suas vidas.

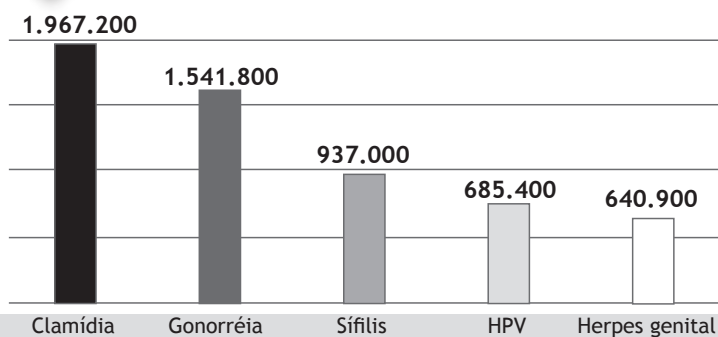
510 mil casos de câncer de colo de útero ocorrem todos os anos, dos quais quase 80% nos países em desenvolvimento (77 mil na América Latina).

288 mil mulheres morrem da doença anualmente.

Fontes: Organização Mundial da Saúde (OMS) e Bayer HealthCare.



685 mil casos de HPV no Brasil
No país, o HPV situa-se como o quarto maior causador de infecções por transmissão sexual



Fonte: Ministério da Saúde (PN-DST/AIDS, 2003)

Saiba como se prevenir

1. Reduzir o número de parceiros sexuais. Quanto maior o número de parceiros, maior o risco de contrair/transmitir quaisquer DSTs, inclusive o HPV e o vírus da Aids.

2. Uso consistente e correto de preservativos (masculinos ou femininos), para todos os parceiros sexuais, desde o início até o fim da relação sexual.

3. Se houver suspeita de que o parceiro sexual tenha qualquer DST, deve-se consultar um médico. É recomendável abster-se das relações sexuais com esse parceiro até que o tratamento seja realizado, se for o caso.

4. Não se automedicar, pois dessa forma a DST pode ser “mascarada”, ou seja, parece que foi tratada mas continua ativa.

5. Não compartilhar objetos de uso íntimo com outras pessoas e fazer a higiene de objetos comuns antes do uso (exemplo: vaso sanitário).

Fonte: Portal Bayer HealthCare

Para saber mais...

O que é o HPV?

Considerado a principal doença sexualmente transmissível (DST) de etiologia viral, o HPV (papilomavírus humano) é um vírus que infecta o ser humano. Já foram identificados mais de 120 diferentes tipos de HPV. Após o contágio, o vírus pode permanecer “adormecido” (sem causar lesões), provocar o aparecimento de verrugas (mãos, pés, genitais ou outras localizações) ou induzir o desenvolvimento de câncer.

Como ocorre a infecção?

O principal meio de transmissão do HPV é o contato sexual, mas a possibilidade de contaminação por meio de objetos como toalhas, roupas íntimas, vasos sanitários ou banheiras não pode ser descartada.

O que ocorre quando um indivíduo é infectado pelo HPV?

O organismo pode reagir de duas maneiras:

1. Em um pequeno número de casos, o vírus pode se multiplicar e provocar o aparecimento

de lesões (verrugas genitais, visíveis a olho nu, ou lesões microscópicas). A verruga é altamente contagiosa, enquanto as pequenas lesões têm menor poder de transmissão.

2. Na maioria dos casos, o vírus pode permanecer “adormecido” (latente) dentro da célula por meses ou anos, sem causar nenhuma manifestação. A diminuição da resistência do organismo pode desencadear a multiplicação do HPV e, conseqüentemente, provocar o aparecimento de lesões.

A despeito de ter ocorrido manifestação clínica, mais de 90% das pessoas consegue eliminar o vírus naturalmente em cerca de 18 meses. Os outros 10% têm uma infecção persistente e maior tendência a desenvolver lesões que podem evoluir para câncer.

Ter o HPV é garantia de desenvolver câncer?

O câncer do colo do útero está altamente relacionado ao HPV. No entanto, apenas a infecção pelo vírus não é

capaz de provocar este câncer. A possibilidade depende de alguns fatores, como tipo de HPV, resistência do organismo e genética da pessoa. Menos de 1% das mulheres infectadas pelo HPV desenvolverão câncer do colo do útero.

Como é possível prevenir-se contra a doença?

O tempo de evolução entre o contato com o HPV e o desenvolvimento do câncer do colo do útero dura em média dez anos.

Deve-se ter em mente que esse tipo de câncer ou as lesões que o antecedem (pré-câncer) podem ser detectados, em praticamente 100% dos casos, por exames preventivos muito simples, realizados em consultório médico: o papanicolau e a colposcopia (aparelho com lentes de aumento para ver lesões muito pequenas).

Assim, é muito pequena a probabilidade de uma mulher que realiza exame ginecológico preventivo regularmente ter câncer do colo do útero.

Fonte: Portal Bayer HealthCare

COMISSÕES

Educação sofre com falta de professores

O país corre o risco de sofrer um “apagão” na formação de professores, alertou na terça-feira o diretor do movimento Todos pela Educação, Mozart Ramos. Durante audiência promovida pela Comissão de Educação (CE), ele informou que já existe hoje, quando apenas 41% dos jovens na idade adequada estão matriculados em instituições de ensino médio, um déficit calculado em 250 mil professores.

– Se o déficit hoje já é grande, imagine-se quando os jovens chegarem na idade correta ao ensino médio, como desejamos. Fala-se muito do apagão de energia, mas o apagão de gente também é muito grave, pois com ele muitos

jovens não terão direito a alcançar a sua ascensão social – afirmou.

Durante a terceira reunião do ciclo de debates sobre Idéias e Propostas para a Educação Brasileira e o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), presidida pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF), os debatedores concordaram com a necessidade de investir na formação dos professores.

No início do debate, o presidente da Academia Brasileira de Educação, Carlos Alberto Serpa, informou que, na terceira série do ensino médio, apenas 1% dos alunos obteve rendimento considerado satisfatório em Matemática, de acordo com a avaliação do ensino feita pelo Ministério da

Educação.

– A escola que faz a diferença deve ter professores competentes e motivados, mas existe pouca gente hoje procurando o magistério – lamentou Serpa.

Para o especialista em educação Célio Cunha, é necessário tornar o magistério uma carreira mais atrativa. Para isso, observou, será necessário “valorizar o mérito”, por meio de iniciativas como a adoção de critérios mais rigorosos de seleção dos professores e a criação – a exemplo do que ocorre na Medicina – de um sistema de residência pedagógica.

Todos os debatedores defenderam o direcionamento de maiores verbas para a educação. Segundo Mozart Ramos, países que deram um grande salto chegaram a investir no setor até 7% de seu produto interno bruto (PIB).

O presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (AnDES), Paulo Rizzo, lembrou ainda que os governos vêm se esquivando de garantir à educação os percentuais mínimos da arrecadação estabelecidos na Constituição, por meio de medidas como a criação de contribuições, que não entram no cálculo dos percentuais.

– Há poucos dias, perto de minha casa, perguntaram a um jovem por que vendia drogas. Para obter dinheiro, respondeu. Com esse dinheiro, ele poderia comprar uma arma. E para que a arma?, quis saber a comerciante que conversou com o rapaz. Disse que era para ser respeitado. Nós queremos um país onde o jovem, para ser respeitado, tenha uma educação de qualidade – declarou Rizzo.



Sérgio Zambiasi (E) com o presidente da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, deputado Frederico Antunes

Senadores dão apoio a universidade gaúcha

Em seminário realizado na segunda-feira em Porto Alegre, os senadores Paulo Paim (PT-RS), Cristovam Buarque (PT-DF) e Sérgio Zambiasi (PTB-RS) firmaram compromisso de apoiar o movimento de estudantes, professores e servidores técnico-administrativos em prol da revitalização da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs). A instituição enfrenta graves problemas administrativos (falta de professores, problemas nas instalações físicas, diminuição de vagas nos vestibulares) e financeiros (mais de R\$ 11 milhões em dívidas).

Realizado na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, o seminário foi promovido pelas comissões de Educação (CE) e de Direitos Humanos e Legis-

lação Participativa (CDH) do Senado. Pedro Simon (PMDB-RS), que não pôde participar do seminário, também foi um dos que propôs a realização do evento. Os senadores se comprometeram a incluir recursos para a universidade em suas emendas ao Orçamento da União.

Cristovam Buarque anunciou que as comissões de Educação da Câmara e do Senado vão realizar audiência, em Brasília, com o objetivo de discutir a situação de todas as universidades estaduais brasileiras.

Também foi sugerido que a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo realize seminário similar, ou audiência pública, para debater os problemas enfrentados pela Universidade de São Paulo (USP).

Estudantes, docentes e técnicos relatam mazelas

Durante o seminário sobre os problemas da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, realizado na segunda-feira em Porto Alegre, estudantes, professores e técnicos da instituição fizeram um resumo das dificuldades enfrentadas pela Uergs. Foi inclusive exibido um vídeo sobre a situação da universidade, feito pelo Movimento Pró-Uergs, capitaneado pelos estudantes. O seminário foi promovido conjuntamente pelas comissões de Educação (CE) e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado.

No vídeo, os estudantes enumeraram os problemas da instituição: falta de professores, equipamentos sucateados, dimi-

nuição das vagas no vestibular, ausência de eleições para reitor, e até “infiltrações nas paredes” de salas de aula e laboratórios. Também foram ouvidos professores e servidores.

Um dos professores presentes, Marcelo Christoff, disse que, no início de 2007, foram demitidos e afastados vários professores, sobrando apenas os 80 docentes concursados da Uergs. Ele também cobrou a necessidade de eleições para escolher o reitor da universidade.

O atual reitor, Carlos Alberto Martins Callegaro, escolhido pelo governo estadual, reconheceu que a Uergs “está em crise de crescimento” e afirmou que a reitoria está comprometida em consolidar a instituição.



Cristovam Buarque (C) presidiu audiência da Comissão de Educação que levantou problema da qualificação de professores

Especialista defende ensino descentralizado

A descentralização da gestão da educação brasileira foi defendida na terça-feira em audiência pública promovida pela Comissão de Educação (CE).

– Temo que a centralização, em Brasília, da administração da educação fundamental e média pode ser um encargo pesado demais. A máquina pública é pesada – argumentou, durante a reunião, Carlos Alberto Serpa, presidente da Academia Brasileira de Educação.

Em entrevista à Agência Senado, Carlos Alberto afirmou que a Prova Brasil – avaliação realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), vinculada ao Ministério da Educação – indicou que os municípios cujos alunos apresentaram bom desempenho são, “surpreendentemente, municípios pobres”. Segundo ele, as comunidades desses locais foram capazes de gerar “soluções apropriadas” para seus

problemas específicos.

– Nunca teremos uma solução nacional que sirva para todos os municípios – disse Carlos Alberto.

Já Mozart Ramos, diretor do movimento Todos pela Educação e ex-secretário de Educação de Pernambuco, declarou que “é muito difícil um gestor, mesmo o estadual, acompanhar o que ocorre em localidades que estão a 700 ou 800 quilômetros de distância”.

Comissão conhecerá relatório sobre direitos humanos

As conclusões do projeto Relatores Nacionais em Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais no período de 2005-2007 serão tema de audiência pública na CDH, conforme proposta do senador José Nery (PSOL-PA). O projeto foi lançado em 2002 pela Plataforma Brasileira de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (Dhesca) e pelo Programa Voluntários das Nações Unidas.

José Nery propõe que sejam convidados

a coordenadora do projeto pela Plataforma Dhesca no Brasil, Maria Elena Rodrigues, e os relatores setoriais da entidade: Flávio Luiz Schieck Valente, para os Direitos Humanos à Alimentação Adequada, à Água e à Terra Rural; Edla Soares, para o Direito Humano à Educação; Lia Giraldo da Silva Augusto, para o Direito Humano ao Meio Ambiente; Lúcia Maria Moraes, para o Direito Humano à Moradia Adequada; Clair Castilhos Coelho, para o Direito Humano à Saúde, e Cândida da Costa, para o Direito

CDH debaterá maioria penal e prejuízos na poupança

A pedido do presidente da CDH, senador Paulo Paim (PT-RS), a comissão decidiu realizar audiência pública para discutir a redução da maioria penal, complementando debate promovido pela comissão no último dia 30. Paim propôs ainda – e a CDH aprovou – debate com representantes de bancos oficiais e comerciais e de órgãos de defesa do consumidor para discutir os prejuízos dos poupadores de caderneta de poupança em face dos planos Bresser, Verão, Collor I e Collor

II. Para o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), o assunto seria de fácil solução se o governo exigisse dos bancos, que detêm todos os dados sobre o tema, a elaboração de um cadastro detalhando a situação de cada poupador com direitos a receber.

Os integrantes da CDH concordaram também em promover audiência sobre temas relacionados aos direitos humanos e ao meio ambiente, para discutir como fazer que a defesa de um tenha repercussões favoráveis no outro.

CLIMA No Dia Mundial do Meio Ambiente, entidades denunciam degradação climática em ato no Congresso

Emissão de gases ameaça o planeta

Um balão para cada mil toneladas de gases de efeito estufa emitidos pelo Brasil. É assim que o WWF-Brasil e a Fundação SOS Mata Atlântica ilustram os 6 milhões de toneladas de gases liberados diariamente na atmosfera pelo país. Com essa representação, as duas entidades realizaram terça-feira manifestação silenciosa em frente ao Congresso Nacional para assinalar o Dia Mundial do Meio Ambiente e conchamar a população, a sociedade civil e os governos a participar de ações para combater as causas das mudanças climáticas.

Após a manifestação, as organizações não-governamentais participaram de café da manhã com deputados da Frente Parlamentar Ambientalista. Eles receberam um CD com propostas de como enfrentar o aquecimento

global no Brasil e publicações e estudos elaborados pelo WWF-Brasil relacionados ao tema.

A intenção das entidades, ao fincarem os 6 mil balões no gramado, segundo a técnica em mudanças climáticas da WWF-Brasil Karen Suassuna, é tornar visível um problema de difícil percepção. Ela afirmou que o aquecimento global poderá custar à economia mundial até 20% do produto interno bruto do planeta se não forem tomadas medidas urgentes para evitar as catástrofes naturais.

No Plenário, também advertiram para o problema os senadores Mão Santa, Antônio Carlos Valadares, Valter Pereira, Fernando Collor, Osmar Dias, Paulo Paim, Fátima Cleide, Marcelo Crivella, José Nery, Romero Jucá, Gilvam Borges, Geraldo Mesquita Júnior e Leomar Quintanilha.



Névoa de poluição esmaece a vista geral da cidade de São Paulo, na região do Parque do Ibirapuera

Taxa para conscientizar a população

Extensão da cobrança de uma taxa pela utilização da água como recurso natural, além da taxa já realizada pelas companhias de águas estaduais para que ela chegue até as residências dos brasileiros – a exemplo do que já ocorre na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul. O assunto foi um dos principais temas debatidos na reunião da Subcomissão dos Marcos Regulatórios que discu-

tiu o setor de recursos hídricos, realizada na semana passada. A subcomissão funciona no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

– Esse é o começo da racionalização da utilização da água porque a cultura de preservação dos recursos hídricos não está arraigada entre a população – afirmou o presidente da subcomissão, senador Delcídio Amaral (PT-MS).

A possibilidade está prevista na Lei 9.433/97 (a chamada Lei das Águas), que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e a Agência Nacional de Águas (ANA).

O pagamento extensivo levaria a população brasileira a reconhecer a água como bem econômico, dando ao usuário uma indicação de seu real valor, além de incentivar a racionalização do uso.

No Dia Mundial do Meio Ambiente, senadores alertam para aquecimento do planeta e cobram medidas para conter lançamento de gases

EDUCAÇÃO - José Nery (PSOL-PA) disse que a questão ambiental deve ser incluída como disciplina obrigatória nos ensinos fundamental e médio, e cobrou do governo federal medidas para impedir o desmatamento.

AQUECIMENTO - Marcelo Crivella (PRB-RJ) comunicou a apresentação de requerimento de sua autoria à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle para audiência sobre o aquecimento no Rio de Janeiro.

AGENDA NACIONAL - Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) defendeu a inclusão na agenda política nacional de questões ambientais como a escassez de água, a contaminação de alimentos por pesticidas e o uso de sementes transgênicas.

REALISMO - Valter Pereira (PMDB-MS) disse que as mudanças climáticas que se registram no país sinalizam que os riscos ambientais não podem mais ser encarados como mera ficção de pensadores ou pregação de fanáticos atrasados.

LICENCIAMENTO - Gilvam Borges (PMDB-AP) afirmou ser “necessário que se estabeleça alguma forma de tornar mais expedito o processo de licenciamento ambiental para manejo de terras por pequenos agricultores”.

CONVOCAÇÃO - Leomar Quintanilha (PMDB-TO) conchamou as instituições, a classe política e os cidadãos brasileiros a contribuírem para reversão do processo de destruição da natureza que se processa em todo o mundo.

TECNOLOGIA - Osmar Dias (PDT-PR) sugeriu aplicações em ciência e tecnologia como forma de proteger o meio ambiente. “Quanto mais o país investir em ciência e tecnologia, mais vai avançar na preservação de seus recursos naturais.”

SOBREVIVÊNCIA - Paulo Paim (PT-RS) destacou proposta de conservação dos mananciais de água, advertindo que a contaminação das reservas de recursos hídricos já ameaça a sobrevivência em algumas regiões do planeta.

AMAZÔNIA - Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) defendeu a adoção de uma política de desenvolvimento para a Amazônia “genuinamente sustentável e não predatória”, que incluía a população local e respeite o meio ambiente.

PRESERVAÇÃO - Romero Jucá (PMDB-RR) pediu um plano de desenvolvimento sustentável para que os habitantes da Floresta Amazônica tenham condições dignas de vida e possam ajudar na preservação do meio ambiente.

HIDRELÉTRICAS - Fátima Cleide (PT-RO) defendeu a construção das usinas hidrelétricas do rio Madeira, em Rondônia, seu estado, afirmando que toda a sociedade local se mantém mobilizada em favor do empreendimento.

CARVÃO - Mão Santa (PMDB-PI) denunciou grande desmatamento no Piauí, onde 70 mil hectares de floresta estão virando “carvão”. Disse que o governador Wellington Dias, do PT, é responsável pelo maior desmatamento do Nordeste.

Código Florestal em debate

O Código Florestal será tema de audiência pública da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas nesta terça-feira, às 14h30. Deverão participar do debate Ariane Guebel de Alencar, procuradora da República em Angra dos Reis (RJ); Gustavo Trindade, consultor jurídico do Ministério do Meio Ambiente; Edis Milaré,

consultor em meio ambiente; e André Lima, advogado do Instituto Socioambiental.

Em discurso no Plenário na última terça-feira, o vice-presidente do colegiado, senador Fernando Collor (PTB-AL), afirmou que “mesmo se o mundo reduzisse hoje suas emissões de gases poluentes a zero, nada poderia ser realizado para reparar o estrago

já feito no planeta”.

– Estive com o presidente Lula alertando-o para o fato de o Brasil estar entre os cinco maiores emissores de gases que causam o aquecimento global e o efeito estufa. Falei da necessidade de providências enérgicas, apesar dos esforços da ministra Marina Silva – disse Collor.

Projetos considerados prioritários

A Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas elegeu sete propostas em tramitação no Congresso Nacional como prioritárias, devido à sua importância para a questão do aquecimento global.

Veja as proposições:

Projeto de Lei 261/07, do ex-deputado Antonio Carlos Mendes Thame, que dispõe sobre a Política Nacional de Mudanças Climáticas. Apensado a esse projeto, tramita o PL 354/07, da deputada Rita Camata (PMDB-ES), que institui a Política Brasileira de Atenuação do Aquecimento Global.

Projeto de Lei 479/07, do deputado Fernando Gabeira (PV-RJ), que trata do sistema de vigilância das emissões de gases de efeito estufa provocadas por ações humanas. A proposta tramita apensada ao PL 18/07, do deputado Sarney Filho (PV-MA), que visa à redu-

ção de emissões e economia de energia nas instalações físicas dos órgãos e entidades do poder público. Além disso, obriga a adaptação da frota de veículos à tecnologia bicombustível ou ser movida a outro combustível natural alternativo.

Projeto de Lei 494/07, do deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO), que dispõe sobre os incentivos fiscais a serem concedidos às pessoas físicas e jurídicas que invistam em projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo que gerem Reduções Certificadas de Emissões.

Projeto de Lei 6.910/06, de Sarney Filho, que exige comprovação da origem da madeira utilizada em obras e serviços públicos.

Projeto de Lei 5.979/01, da Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados, que estabelece normas

referentes à Inspeção Técnica Veicular.

Proposta de Emenda à Constituição 19/00, de Jefferson Péres (PDT-AM), que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental. O fundo, com vigência de 2001 a 2013, destina-se a promover o desenvolvimento econômico dessa região, compatibilizando-o com a proteção do seu meio ambiente.

Projeto de Lei Complementar 351/02 (PLS 53/00 – Complementar, no Senado), da senadora licenciada Marina Silva (PT-AC), que cria reserva do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) para as unidades da Federação que abrigarem em seus territórios unidades de conservação da natureza e terras indígenas demarcadas.

INVESTIGAÇÕES



Ao lado de Tião Viana (E), Demostenes apresenta seu relatório: identificação dos culpados

CPI: falha humana causou acidente aéreo

Uma seqüência de falhas humanas causou o acidente aéreo que matou, em 29 de setembro de 2006, as 154 pessoas que estavam num Boeing da Gol. A conclusão é do primeiro relatório parcial apresentado na quarta-feira pelo senador Demostenes Torres (DEM-GO) e aprovado pela CPI do Apagão Aéreo.

– Se os pilotos do Legacy não tivessem desligado o transponder, o acidente não teria acontecido. Se os controladores de voo tivessem atuado de forma diligente e responsável, conforme a natureza da atividade exige, o acidente não teria acontecido – argumentou Demostenes.

Segundo o relator, os principais responsáveis pelo acidente entre o Boeing 737-800 da Gol Linhas Aéreas e o Embraer Legacy 600 da ExcelAir foram os pilotos americanos Joseph Lepore e Jan

Paul Paladino e mais quatro controladores de voo de Brasília. Para cada um dos seis o relator pediu até cinco anos de prisão, enquadrando todos nos mesmos artigos do Código Penal: exposição de aeronave a perigo, na modalidade culposa (artigo 261, parágrafo três), de forma qualificada pelo resultado (morte), com pena determinada pelo artigo 258 e na forma do artigo 70 (reclusão), de até cinco anos de prisão.

Demostenes explicou que optou por qualificar o crime do controlador Jomarcelo Fernandes dos Santos na modalidade culposa (sem intenção de matar), apesar de reconhecer que sua culpa foi maior do que a dos outros controladores – Lucivando Tibúrcio de Alencar, Leandro José de Barros

e Felipe dos Santos Reis. O Ministério Público Federal denunciou Jomarcelo na modalidade criminal dolosa, ou seja, com intenção de matar.

O relator também considera que o controlador João Batista da Silva, de São José dos Campos (SP), foi omissivo ao apenas repassar aos pilotos americanos uma ordem incompleta vinda de Brasília. Para Demostenes, João Batista, por ter

mais de 32 anos de experiência na função, poderia ter evitado o acidente porque sabia que o plano de voo repassado aos norte-americanos estava incompleto.

Perícias citadas pelo relator descartam qualquer indício de falha mecânica no transponder e no TCAS (equipamento anticolidão).

Problemas, que começaram no plano de voo, continuaram em Brasília

Diagnósticos distintos para uma mesma crise

Os depoentes da CPI do Apagão Aéreo apresentaram na semana passada diagnósticos diferentes para a crise que atinge o setor de aviação civil. O comandante da Aeronáutica, brigadeiro Juniti Saito, considerou como principal causa a falta de pessoal para fazer face à necessidade do controle.

O presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac),

Milton Zuanazzi, declarou que o aumento do tráfego aéreo ou a prática de overbooking não poderiam justificar os problemas. Ele preferiu atribuir maior responsabilidade pela crise ao que chamou de “movimento reivindicatório” dos controladores de voo.

Para o procurador Fábio de Assis Fernandes, do Ministério Público do Trabalho,

as dificuldades do setor não decorrem fundamentalmente de baixos salários ou de um número pequeno de funcionários no controle de vôos. Segundo Fernandes, a origem dos problemas está na gestão militar do sistema de controle de tráfego aéreo, que considera incompatível com a necessidade de melhoria das condições de trabalho dos operadores.

Aberta nova fase de investigações

A CPI do Apagão Aéreo ouve na terça-feira, às 10h30, analistas independentes, que analisam a segurança do sistema de controle aéreo nacional. Foram convidados Cláudio Carvas, diretor da empresa Atech - Tecnologias Críticas, responsável pelo software de controle de voo usado no Brasil; Ozires Silva, ex-ministro dos Transportes e da Infra-Estrutura

e ex-presidente da Embraer; e o comandante Jefferson Vaz de Oliveira, especialista em aviação.

A audiência representa uma nova fase nas investigações. De acordo com Demostenes, se os depoimentos foram suficientemente informativos, na quinta-feira já serão realizadas oitivas sobre a situação da Infraero, alvo de inúmeras denúncias.

Indicados nomes para CPI das ONGs

A CPI que irá apurar o repasse de recursos do governo para organizações não-governamentais (ONGs) entre 1999 e 2006 está com a composição completa. Agora, a comissão deverá se reunir para eleger o presidente, que em seguida designará um relator.

Cafeteira vai relatar processo contra Renan

O senador Epitácio Cafeteira (PTB-MA) foi designado na quarta-feira passada relator da representação encaminhada ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar pelo PSOL contra o presidente do Senado, Renan Calheiros, para verificação da hipótese de quebra de decoro parlamentar.

– A partir de agora, as investigações serão conduzidas pelo relator. O conselho vai agir com isenção e fazer justiça – afirmou Sibá Machado (PT-AC), presidente do colegiado.

Na representação, o PSOL pede que o conselho investigue denúncias que vinculam o senador com as construtoras Gautama e Mendes Júnior. A representação do partido teve origem em matéria de Veja, que acusou Renan de ter contas particulares pagas por Cláudio Gontijo, da Mendes Júnior. Segundo a revista, Gontijo era responsável pelo pagamento de R\$ 16.500 por mês – referentes ao aluguel de um apartamento de R\$ 4.500 e à pensão alimentícia

de R\$ 12 mil – à jornalista Mônica Veloso, com quem Renan tem uma filha.

Na mesma matéria, Veja cita supostas ligações e laços de amizade de Renan Calheiros com Zuleido Veras, dono da Gautama. A empresa é acusada de liderar um esquema de fraudes em licitações de obras públicas em vários estados.

Em sua defesa, o presidente do Senado afirmou que todos os pagamentos à jornalista foram feitos com recursos próprios, devidamente documentados, e que Cláudio Gontijo é apenas um amigo que intermediou o repasse do dinheiro.

Por meio do advogado Eduardo Ferrão, Renan entregou à Corregedoria da Casa a movimentação de sua conta bancária de 2004 a 2006, com extratos e declaração do Imposto de Renda, para comprovar que os recursos saíram de suas contas particulares. O senador destacou seu interesse em colaborar com as investigações desde o primeiro momento.



Sibá Machado, entre Adelmir Santana e Romeu Tuma, afirma que conselho vai agir com isenção e fazer justiça

Tuma: ministra do STJ não tem prova contra senador

Em reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar na quarta-feira passada, o corregedor da Casa, senador Romeu Tuma (DEM-SP), informou que a ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Eliana Calmon – que está conduzindo o processo sobre o esquema de fraudes em licitações de obras públicas – disse-lhe na noite de terça-feira que até aquele momento não havia surgido no processo nenhuma prova que envolvesse o nome do presidente do Senado,

Renan Calheiros.

Tuma também relatou ao conselho a investigação preliminar que conduziu, incluindo a análise da movimentação financeira das contas de Renan e o teor do depoimento, que colheu, na terça-feira, de Cláudio Gontijo.

No mesmo dia, o corregedor afirmou ter elementos para crer na capacidade financeira de Renan Calheiros para fazer os pagamentos de pensão, aluguel e segurança privada à jornalista Mônica Veloso.

Roriz contesta reportagens que o vinculariam à Gautama

Joaquim Roriz (PMDB-DF) rebateu reportagens que o ligam à construtora Gautama, veiculadas por um jornal de Brasília e pela TV Globo. O senador apresentou diversas certidões que, conforme disse, o isentam de qualquer responsabilidade no caso.

– Informações totalmente equivocadas, grosseiras, erradas, tanto do jornal como da TV Globo e do corregedor-geral do Distrito Federal. O relatório da Tomada de Contas Especial 25/07, que

investiga os gastos relativos ao Convênio 257/00, afasta minha responsabilidade no caso. Não sei como o jornal, a emissora [de TV] e o corregedor-geral do DF chegaram a tal conclusão, maliciosa e desprovida da devida busca pela verdade, que deve ser a tônica de qualquer reportagem – afirmou.

Roriz assegurou que nunca praticou e sempre coibiu qualquer ato que não condissesse com a probidade administrativa.

TRANSPARÊNCIA Forma de discussão e aprovação do Orçamento da União no Congresso mobiliza senadores

Projeto eleva poder de fiscalização do Congresso

José Maranhão, presidente da Comissão de Orçamento (CMO), apresentou projeto de decreto legislativo que estabelece normas sobre a fiscalização de obras e serviços pelo Legislativo. Representantes das lideranças partidárias na CMO reuniram-se na terça-feira passada para discutir o projeto.

A proposta o objetivo de consolidar o exercício, pelo Legislativo, de suas funções de controle externo e de fiscalização, conforme prevê a Constituição federal.

Dos 26 artigos da proposta, 11

tratam da fiscalização das obras e serviços com indícios de irregularidades graves, incluindo os mecanismos de bloqueio da execução das despesas. Abordam também os princípios gerais da ação de controle; as formas sistematizadas de solicitação de auxílio ao Tribunal de Contas da União (TCU); e o acesso e a organização das informações consideradas imprescindíveis à fiscalização e ao controle externo.

O projeto determina que, para exercer seu papel de fiscais, os parlamentares terão acesso a todos os dados de 19 sistemas de informação usados pelo governo federal. Hoje, o Congresso já consulta uma parte desses sistemas. Mas, pelo projeto de José Maranhão, o acesso passará a ser, além de mais abrangente, obrigatório.

José Maranhão lembrou que as normas de fiscalização e controle externo a cargo do Senado e da Câmara encontram-se registradas em trechos dispersos de diferentes regimentos e resoluções, "carecendo de parâmetros firmes e seguros para orientar os passos dos parlamentares".

Também com o objetivo de combater o mal uso do dinheiro público, a Controladoria Geral da União promove entre quarta-feira e sexta-feira desta semana o Seminário Brasil-Europa de Prevenção da Corrupção. O evento ocorrerá no Auditório da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio, em Brasília.

Congresso pode ter acesso aos 19 sistemas de informação do governo



Maranhão defende o Congresso das acusações. Mercadante propõe que CMO não faça mais emendas



Emendas individuais no centro da polêmica

O presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), senador José Maranhão (PMDB-PB), defendeu o Congresso de acusações decorrentes da Operação Navalha, da Polícia Federal.

– Não se faz corrupção sem a participação do Executivo. É ele que faz licitação, que libera dinheiro para estados, municípios e empresas. Não é possível corrupção só com o Congresso.

José Maranhão afirmou que não pretende inocular parlamentares que apresentam emendas orçamentárias pedidas por prefeitos e empresários. Mas condenou "as vozes que já se levantam contra as emendas

individuais" no Orçamento da União. Ele entende que as emendas individuais são importantes porque direcionam verbas para projetos de interesse direto da comunidade.

– Estão querendo que o Orçamento volte a ser como na época dos militares? Naquela época, o Executivo decidia tudo. Nenhum representante da população podia emendar o Orçamento. Só podia dizer "amém" – continuou.

Romero Jucá (PMDB-RO), líder do governo, que em 2006 foi relator-geral da Lei de Diretrizes Orçamentárias, também afirmou que a emenda individual é prerrogativa do parlamentar. Jucá assinalou que ela serve para alocar recursos

para estados e municípios.

– O que tem que haver é um rigor maior quanto a essas emendas, uma fiscalização maior com a aplicação de recursos – disse o senador, para quem "é importante manter a condição do parlamentar de implantar projetos estruturantes e grandes investimentos sociais".

Aloizio Mercadante (PT-SP) quer aprimorar o processo orçamentário.

– As discussões e emendas poderiam ser feitas nas comissões permanentes. A Comissão de Orçamento não teria poder de emendar, apenas de sistematizar as decisões das comissões de cada área – afirma.

Consultor quer o Orçamento aberto à sociedade

Professor de Ciências Contábeis da UnB e consultor da Câmara, Roberto Piscitelli aponta, para o *Jornal do Senado*, as causas da corrupção no Brasil

Desde a década de 90, o país assiste a escândalos que envolvem empreiteiras e a elaboração do Orçamento. O que alimenta esse tipo de corrupção?

Certas práticas no Brasil podem ser consideradas como seculares. Estamos falando do período da redemocratização, mas, antes, tudo que aconteceu em grandes obras, os detalhes de sua execução, é pouco conhecido, já que vivíamos sob regime ditatorial, com censura rígida às informações sobre uso de recursos públicos.

Depois, os desvios aparecem de forma repetitiva. As licitações são burladas, os contratos são

superfaturados e com execução concentrada em algumas poucas empresas, geralmente atuando em consórcios de grandes empreiteiras. Essas empresas são grandes financiadoras das campanhas políticas, juntamente com as instituições financeiras. O que parece ser comum a essas operações é o fato de embutirem em seus custos uma parcela que é rateada entre beneficiários que estão em dois lados: os que operam dentro da administração pública, como servidores e dirigentes, e os representantes da iniciativa privada, numa via de mão dupla. Nunca se examinou mais a fundo a questão das empreiteiras. Estivemos perto disso na CPI dos Anões do Orçamento e, mais tarde, na tentativa de criação da CPI dos Corruptores, mas isso foi esvaziado.

Há um clamor por grandes investimentos em infra-estrutura. Isso aumenta a possibilidade de desvios?

Creio que sim. Setores do empresariado e da imprensa pedem a expansão dos investimentos. Por trás disso há uma questão ideológica, fundada na premissa de que despesas de capital são sempre mais qualificadas que, por

exemplo, despesas correntes, que não contribuiriam para a expansão da capacidade do Estado de prestar serviços. Foi difundida a idéia de que as despesas correntes – como o pagamento de pessoal, benefícios previdenciários e custeios em geral – devem ser reduzidas ao mínimo. Isso ajuda a explicar o mau estado em que se encontram os equipamentos públicos. Difunde-se a idéia de que o Estado deveria ser responsável pela infra-estrutura, mas investe pouco, não alavanca o investimento privado e trava o crescimento.

Até que ponto esses investimentos são prioritários? Muitos investimentos podem ser induzidos por interesses privados. Ou seja: convence-se a opinião pública que certo investimento é necessário e ele é incluído no Orçamento. Assim, a corrupção pode começar até mesmo na escolha do investimento a ser incluído no Orçamento.

Uma obra pode ser incluída entre os gastos mais urgentes sem discussão sobre isso?

O processo político por meio do qual se escolhem as obras que devem ser executadas é influenciado por lobbies na administração pública, no Congresso e nos ministérios. Muitos megainvestimentos são influenciados por interesses privados.

Um exemplo de que a escolha de grandes investimentos não passa por discussão na sociedade nem nos meios técnicos talvez seja a transposição do São Francisco. É

difícil dizer se isso deve mesmo ser feito, se a opção adotada é a mais indicada e, ainda, quais os benefícios, a quem se destina. À população ou a algumas empresas? A dúvida envolve a discussão e a elaboração do Orçamento, que hoje é muito restrito e hermético, circunscrito à tecnocracia.

Outro tipo de desvio de recursos atinge as transferências voluntárias da União para estados e municípios. Os mecanismos de controle são frouxos e as prestações de contas deixam a desejar.

Como melhorar o processo?

Falta transparência em tudo o que diz respeito ao Orçamento e à contabilidade governamental: a linguagem orçamentária e contábil, os critérios adotados, a não-apresentação de relatórios razoavelmente compreensíveis. O excesso de dados é tão danoso quanto a falta deles. O relatório resumido de execução orçamentária e financeira, por exemplo, vem se ampliando, com cada vez mais demonstrativos. Não sei se essas notas são elucidativas o suficiente para que alguém com conhecimento médio de finanças possa participar do debate.

Outro aspecto é a organização da sociedade, muito frágil no Brasil. Que entidades deveriam acompanhar o processo orçamentário? Há algumas que buscam acesso aos sistemas de informação e encontram dificuldades. O Fórum Brasil de Orçamento já esteve mais à frente que hoje. Houve um retrocesso este ano com relação ao acesso a sistemas

de informações que poderiam conferir a esse fórum, que reúne diversas entidades, a possibilidade de participar de uma forma qualificada.

É preciso democratizar os ministérios da Fazenda e do Planejamento, e os órgãos incumbidos desse trabalho, como a Secretaria de Orçamento Federal e a Secretaria do Tesouro Nacional. Avançamos um pouco no sistema de controle. Temos a Controladoria Geral da União e o Tribunal de Contas da União. Avançou-se na fiscalização, inclusive por meio da internet. Às vezes há ceticismo, pois até obras sob suspeição são retomadas.

E como fica o Legislativo?

O processo orçamentário no Congresso também é excludente. A última resolução tentou tornar mais efetivo o trabalho dos parlamentares da Comissão de Orçamento. Poderíamos, sim, valorizar as comissões permanentes, temáticas, onde as discussões técnicas vêm perdendo o vigor.

Por outro lado, o processo legislativo no Brasil é caótico, anárquico. Só se vota matéria de iniciativa do Executivo. O Congresso vota demais e o período de maturação das propostas é, em geral, curto. As audiências públicas recebem pessoas carimbadas e a capacidade de alterar propostas do Executivo é reduzida. Há um enfraquecimento do Legislativo, que existe para elaborar o Orçamento e fiscalizar as ações do governo. Hoje, não se faz bem nem uma coisa, nem outra.



Piscitelli cobra clareza nos relatórios orçamentários: "excesso de dados é tão danoso quanto a falta deles"

AGRICULTURA

Audiência pública reuniu representantes do governo e dos grandes e pequenos produtores rurais

Estatuto pode baixar custo no campo

O projeto de lei que institui o Estatuto do Produtor Rural (PLS 325/06) poderá ser importante para a redução de custos no setor. Essa é a expectativa do secretário de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Márcio Antônio Portocarrero, que participou de audiência pública sobre o tema na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), da qual participaram também representantes dos grandes e pequenos produtores rurais.

A redução de custos foi mencionada ainda pelo autor da proposta, senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), e pelo relator, senador Jonas Pinheiro (DEM-MT).

Para atingir esse objetivo, o projeto de lei impede que a concessão de crédito rural seja

condicionada à contratação de outros produtos ou serviços bancários (a chamada "venda casada", que já é proibida pelo Código de Defesa do Consumidor), além de estabelecer o prazo máximo de 30 dias para que as instituições financeiras apreciem os pedidos de financiamento dos produtores rurais.

Proposta visa funcionar como catalisador dos programas de política agrícola

Durante a audiência, foram abordados também temas como os financiamentos aos produtores rurais, os tributos do setor, a questão ambiental e o apoio à agricultura familiar.

Segundo Valadares, o debate trouxe subsídios para o aperfeiçoamento da matéria. Além de definir os conceitos de produtor rural e de agronegócio, o projeto trata de temas como função social da terra, crédito rural,



Abdias Ferreira vende as frutas que ele mesmo produz: expectativa de mais apoio do governo

assistência técnica e extensão rural, seguro agrícola, preservação do meio ambiente e relações de trabalho.

O PLS 325/06 será votado na CRA em caráter terminativo – ou seja, se for aprovado, irá direta-

mente à Câmara, sem necessidade de apreciação no Plenário do Senado.

Em seu parecer favorável, o relator Jonas Pinheiro destaca que, apesar de "grande parte" das medidas previstas no Esta-

tuto do Produtor Rural já existir na legislação brasileira, o texto "inova por funcionar como catalisador dos atuais programas de política agrícola, de forma que possam atender ao produtor com mais eficiência".



João Tenório (D) preside discussão sobre projeto de Valadares

Proposta ainda recebe críticas

Uma das críticas à proposta do Estatuto do Produtor Rural foi apresentada por Roberto Vizenin, da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente. Ele disse que "carece de fundamento legal" o texto do artigo 25, segundo o qual "o produtor rural não pode ser responsabilizado pela degradação do meio ambiente promovida no passado, da qual não tenha tido participação direta".

Vizenin ressaltou que, de

acordo com a Constituição e a legislação complementar em vigor, não é possível que os produtores deixem de ser responsabilizados pelo passivo ambiental, mesmo quando não o tenham causado.

– Os tribunais têm reconhecido que há uma transmissão automática de direitos e obrigações em transações como as de compra e venda de imóvel rural – frisou.

Já Zeke Beze, assessor da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), afirmou que o projeto de lei, ao

definir produtor rural, deixa implícito que os posseiros não estariam nessa categoria. Ele declarou que é um equívoco excluí-los do estatuto, não apenas porque "são numerosos", mas também porque estariam entre os que mais precisavam de apoio.

Luciano Marcos de Carvalho, assessor técnico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), ao defender medidas de caráter tributário para o setor, disse que essa questão não foi contemplada pelo projeto.

CNA tem agenda para melhorar produção

A Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) divulgou, no final de 2006, a Agenda Propositiva da Agropecuária, um conjunto de propostas para ajudar na formulação das políticas governamentais para o produtor rural. Segundo o superintendente técnico da CNA, Ricardo Cotta, o documento é uma receita para que a agropecuária se expanda e dê sua contribuição ao crescimento de 5% do PIB desejado pelo governo.

– O que observamos é que as perspectivas para 2007 são melhores não em função do atendimento das nossas propostas para destravamento da agropecuária, e sim em função de um cenário internacional favorável. Mas há uma linha que pode piorar, principalmente nas questões ambientais e fundiárias, se o governo não tomar atenção – disse.

O documento da CNA aponta para a necessidade de mais recursos orçamentários para acompanhar o crescimento da agropecuária brasileira.

– Se a produção cresce, o setor demanda mais recursos de financiamento, de custeio, de comercialização, de investimento.

Se os recursos ficarem estáticos e o setor continuar crescendo, haverá um percentual cada vez menor de recursos destinados ao financiamento – justifica.

O setor produtivo do campo reclama a participação do governo na elaboração das políticas agrícolas. Isso se daria por meio do Conselho Nacional de Política Agrícola (CNPA), que não está funcionando. O Executivo estaria tomando seguidas decisões sem consultar os representantes do setor privado, diz Cotta. Como exemplo, ele cita os episódios de invasões de propriedade, que não teriam sido devidamente reprimidas pelo governo, além do que ele classifica como "exacerbação" na criação de unidades de conservação ambiental.

Sobre a logística, a CNA defende medidas que reduzam o impacto negativo dos fretes e dos menores preços recebidos pelos produtores e estados mais distantes dos centros consumidores ou dos portos de exportação.



Para produtores, governo é inimigo do agronegócio

Conhecer de perto a realidade do produtor rural brasileiro será mais fácil quando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) houver concluído o Censo Agropecuário, iniciado no mês passado e que vai levantar informações nos cerca de 5,6 milhões de estabelecimentos agropecuários do país. O último estudo do gênero, divulgado há 11 anos, registrou a existência de quase 5 milhões de produtores, espalhados em mais de 350 milhões de hectares em produção. Um universo tão grande quanto diversificado, marcado não apenas pelas diferenças em relação ao tamanho da área e da forma de ocupação, mas também em termos de acesso ao crédito, à tecnologia e à informação.

Terceiro maior exportador agrícola do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos e da União Europeia, o Brasil se destaca no cenário internacional pelas exportações de produtos primários (commodities) importantes, como soja, café, açúcar e suco

de laranja. O primeiro setor da economia responde por 37% dos empregos no país e, em 2005, foi o responsável por 42% das exportações e por 85% do superávit da balança comercial.

Toda essa pujança e importância, na visão do setor agropecuário, não estariam recebendo o devido reconhecimento por parte das autoridades. O ressentimento em relação aos responsáveis pela política agrícola fica claro quando se avaliam os resultados de uma pesquisa, encerrada há dois anos, sobre o perfil do produtor rural.

Elaborada pela Associação Brasileira de Marketing Rural e Agronegócio (ABMR&A), a pesquisa ouviu 2.428 grandes, médios e pequenos produtores de todo o país. Para 43% dos entrevistados, o governo é considerado "o inimigo número um do agronegócio brasileiro", muito à frente dos problemas de comercialização (15%) ou dos prejuízos decorrentes do clima e das pragas (7%).

Os dados, recolhidos durante a safra 2003/2004, indicam que o perfil do produtor rural brasileiro é o de um homem (97%) entre 31 e 50 anos (54%), dono de sua terra (70%), e que não cursou uma universidade (80%).

CONGRESSO

Frente Parlamentarista leva debate aos estados

A Frente Parlamentarista, criada pelo senador Fernando Collor (PTB-AL) para discutir e difundir propostas de implantação do sistema parlamentarista de governo no Brasil, realizou sua primeira reunião na semana passada e elegeu o coordenador e o sub-coordenador do grupo – respectivamente, o próprio Collor e o deputado José Otávio Germano (PP-RS).

Os membros da frente – até o momento composta por 75 parlamentares de 16 partidos – aprovaram um manifesto e votaram pauta com as propostas iniciais de ação. Um material de divulgação, que inclui cartilha e revista em quadrinhos, vai ajudar a ampliar o debate sobre o sistema parlamentarista junto à população, por meio de seminários e audiências públicas nas assembleias legislativas estaduais.

Em abril, Collor apresentou a proposta de emenda à Consti-

tuição (PEC 31/07) que institui o regime parlamentarista. O governo caberia ao presidente de um conselho de ministros, cujo nome, indicado pelo presidente da República, precisaria ser aprovado pela maioria absoluta na Câmara dos Deputados.

Para Collor, a discussão sobre a mudança do sistema de governo é propícia a um ambiente de estabilidade institucional, como o que o Brasil vive hoje, em que se debatem amplamente propostas de reforma política. Para ele, o regime presidencialista é “anacrônico, ultrapassado e atrasado”.

– O parlamentarismo é um sistema de governo moderno, contemporâneo, ágil e eficiente. O presidencialismo gera dentro de si crises constantes, como mostram as que vivemos nos últimos anos. Já o parlamentarismo é anticrise, porque as crises se resolvem dentro do próprio Parlamento – argumentou o senador.



Flexa Ribeiro e Fernando Collor no lançamento da frente parlamentarista: PEC que muda sistema já tramita no Senado

Parlamentarismo no Brasil

1ª experiência - No Império

No Brasil imperial, o parlamentarismo vigorou no 2º Reinado (1847-1889). O presidente do Conselho de Ministros era indicado pelo imperador Pedro II.

Mas vigorava um parlamentarismo “maroto”, já que o imperador detinha um instrumento peculiar (o Poder Moderador), pelo qual podia fechar a Câmara e convocar novas eleições quando bem entendesse. Entre os primeiros-ministros”, muitos só são lembrados por serem nomes de ruas e praças no país, como Marquês de Olinda ou Visconde de Itaboraí. O mais famoso foi Luís Alves de Lima e Silva, que exerceu o posto como marquês, conde e duque de Caxias.

2ª experiência - Na República

O parlamentarismo foi utilizado, em 1961, como forma de superar o impasse criado com a renúncia de Jânio Quadros. Na época, setores militares e políticos não aceitavam entregar o poder ao vice João Goulart, ligado ao sindicalismo.

A posse de Jango foi aceita sob a condição de o Congresso emendar a Constituição e instituir o parlamentarismo, que reduziria o poder do presidente e deixaria o governo ser diretamente exercido pelo gabinete ministerial.

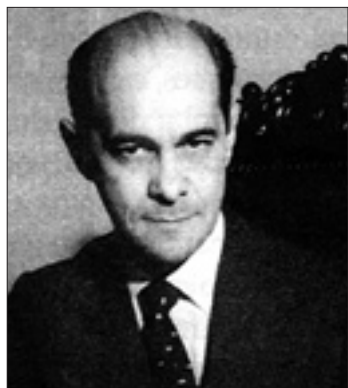
No dia 14 de setembro de 1961, o primeiro-ministro Tancredo Neves presidiu a primeira reunião de um gabinete parlamentarista

na história republicana brasileira. Na Presidência, Jango começou a se mobilizar contra a mudança.

Os plebiscitos

Em 1º de janeiro de 1963, Jango reajustou os salários em 75%. No dia 6, de um eleitorado de 18 milhões, a maioria dos 11.531.030 votantes aprovou em plebiscito o presidencialismo.

Trinta anos mais tarde foi feita outra consulta. Quatro meses antes do plebiscito (em 21 de abril de 1993), o parlamentarismo liderava as pesquisas com 52% das preferências. A virada veio com o horário eleitoral gratuito em rádio e TV. Os presidencialistas conseguiram fixar no parlamentarismo a pecha de adversário das eleições diretas para presidente, recém-recuperadas no país. Abertas as urnas, a maioria decidiu manter o presidencialismo com 55,45% dos votos.



Tancredo Neves presidiu o primeiro gabinete parlamentarista da República



Chávez, com Lula, em abril: ataque do presidente venezuelano ao Senado provocou repúdio

Senadores questionam Venezuela no Mercosul

Líderes do PDT e do PSDB dizem que acordo do Mercosul veda a entrada no bloco de país com governo antidemocrático. Para Jefferson Péres, protocolo de entrada da Venezuela deve ser examinado, mas “não como represália”

O senador Jefferson Péres (AM), líder do PDT, sugeriu que os senadores examinem o protocolo de entrada da Venezuela no Mercosul “não como represália” aos ataques do presidente Hugo Chávez ao Senado, mas do ponto de vista da democracia. Ele lembrou que o acordo do Mercosul contém cláusula pela qual não se aceita novo país cujo governo não seja democrático.

– A democracia venezuelana ainda não morreu, mas está agonizante. Está se tornando rapidamente uma ditadura de fato, mantendo a aparência de democracia. Hugo Chávez tem legitimidade na origem, por ter sido escolhido em eleições livres. Mas está se deslegitimando na medida em que, com um Congresso jugulado, vai, pouco a pouco, anulando as liberdades naquele país – disse Jefferson Péres.

O senador lamentou que a es-

querda de hoje considere Chávez um símbolo.

– A esquerda em que militei tinha como ícone aquele aventureiro utópico, sonhador, romântico, que sacrificou sua vida pela causa: Ernesto Che Guevara. Para a esquerda de hoje, arcaica, o ícone é Hugo Chávez. Que decadência! – assinalou.

A líder do PT, Ideli Salvatti (SC), manifestou concordância com a reação do Senado às declarações do presidente venezuelano, mas observou que não houve voz entre os senadores para condenar a tentativa de golpe contra Chávez, há alguns anos.

Virgílio anuncia obstrução ao acordo

Tião Viana (PT-AC) admitiu que Hugo Chávez “caminha para comportamento despótico”, mas ponderou que um possível boicote à entrada da Venezuela no Mercosul não faria bem aos brasileiros

e venezuelanos. Almeida Lima (PMDB-SE) apoiou o discurso de Jefferson Péres e Kátia Abreu (DEM-TO) disse que concorda em evitar o ingresso venezuelano no bloco continental se Chávez não mudar seu comportamento antidemocrático.

Na segunda-feira, o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), anunciou que seu partido vai obstruir qualquer votação de acordo no Congresso para a entrada da Venezuela no Mercosul, até que o presidente daquele país se retrate “da grosseria” que fez ao Senado brasileiro.

– Chávez é um homem perigoso. Ele faz uma corrida armamentista, mas não para defender a Venezuela dos Estados Unidos. Ele está seguindo o padrão do ditador que, no final, enlouquece. Essa corrida vai terminar levando a Venezuela a guerrear com um país vizinho antes da derrubada do ditador – afirmou.

Valter Pereira vê “genérico de Hitler” em ação na Venezuela

Para Valter Pereira (PMDB-MS), o Senado não interferiu em nenhum assunto venezuelano, mas sim aprovou um apelo para que a liberdade de imprensa e as regras democráticas sejam respeitadas.

O senador acusou Hugo Chávez de ter novamente agredido o Congresso Nacional, ao dizer que o Parlamento tinha emitido um comunicado “grosseiro” contra seu país. Para Valter Pereira, o comentário lembra declarações de integrantes do governo brasileiro durante o regime militar, quando forças democráticas de outros países se pronunciavam contra “a arrogância da ditadura”.

– O que estamos assistindo é a ação de um genérico de Hitler ou de Mussolini a copiar os mesmos métodos para esmagar a democracia e a liberdade.

Maciel destaca encontro sobre democracia no continente

O senador Marco Maciel (DEM-PE) destacou a importância da conferência partidária internacional “Democracia e populismo na América Latina”, realizada em São Paulo no dia 1º, com a presença do ex-primeiro-ministro da Espanha e atual presidente do Partido Popular Espanhol (PPE), José María Aznar. O evento foi organizado pelo Democratas em parceria com o partido espanhol.

– José María Aznar enfatizou, em rápida síntese, a necessidade de se reforçar a democracia, consolidar as instituições e executar políticas públicas e privadas para o desenvolvimento – assinalou Marco Maciel.

Para Jucá, reação de Lula foi firme. Agripino acha resposta fraca

O líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), considerou “bastante firme” a reação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao ataque verbal do presidente Hugo Chávez. Para Jucá, as declarações de Lula e uma nota do Ministério das Relações Exteriores expressaram corretamente a posição do governo sobre os atos cometidos contra a democracia.

– Lula foi bastante firme na defesa das prerrogativas dos parlamentares, que fizeram uma manifestação legítima – afirmou o senador.

O líder do Democratas, José Agripino (RN), considerou fraca a reação do presidente Lula e disse que, se fosse ele o chefe do Executivo, teria feito uma defesa mais veemente do Congresso.

PLENÁRIO

Virgílio quer debater venda de refinarias

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) quer saber se houve influência do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na determinação do preço de venda, para a empresa Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB), das duas refinarias que a Petrobras mantém na Bolívia. Ele pediu a realização de uma audiência pública para discutir o assunto na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

O representante amazonense afirmou não querer que o Brasil siga o exemplo da Venezuela, onde o presidente Hugo Chávez estaria usando a empresa Petróleos de Venezuela S. A. (PDVSA) para se manter no poder.

– A Petrobras não pode arriscar o conceito que tem perante seus acionistas por qualquer injunção política que possa passar pela cabeça de Lula ou de integrantes do seu governo – afirmou Virgílio.

Segundo o senador, apesar de o preço do petróleo ter permanecido em alta no mercado internacional, a PDVSA perdeu, em apenas um ano, 20% do seu faturamento. Ele opinou que, ao utilizar de maneira demagógica os recursos da empresa em projetos eleitorais, Hugo Chávez promoveu o sucateamento da companhia, responsável por sus-



FOTOS: ROOSEVELT PINHEIRO

Virgílio: “Petrobras não pode arriscar conceito que tem perante acionistas”

tentar a economia daquele país.

Em aparte, o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) concordou com a decisão tomada pelo PSDB, anunciada por Arthur Virgílio na segunda-feira e repetida na sessão de quarta-feira. O partido trabalhará para impedir o ingresso da Venezuela no Mercosul. Azeredo observou que uma ditadura na América do Sul não interessa ao Brasil.

Senador alerta sobre ameaças à Amazônia

Arthur Virgílio propôs a realização de uma outra audiência

pública na CRE para debater o que classificou de “ameaças virtuais ou reais”. Ele embasou seu pedido citando o exemplo do milionário britânico-sueco Johan Eliasch, que está vendendo, por meio da internet, terras da Amazônia. “Meio acre”, informou o senador, “o equivalente a 2 mil metros quadrados, que custariam 35 libras, ou R\$ 133,00”.

– Pelo site na web, Eliasch está estimulando as vendas e diz esperar que 1 milhão de pessoas comprem, cada uma, ao menos

um lote de um acre. Eliasch insinua-se amigo da Amazônia e propaga que promove as vendas para proteger a floresta e contribuir para a redução do aquecimento global – declarou Arthur Virgílio.

De acordo com o parlamentar pelo Amazonas, Johan Eliasch chegou a sugerir a compra de toda a Amazônia por US\$ 50 bilhões. Arthur Virgílio acrescentou que, atualmente, o milionário está interessado também em florestas da África, da Ásia e do Equador.

Ideli aponta evidências de crescimento da economia

O aumento de empréstimos a cargo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o recorde na venda de veículos foram alguns dos indicadores de crescimento da economia brasileira destacados em Plenário pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC).

– As turbulências no Congresso Nacional muitas vezes acabam descaracterizando uma série de situações positivas em relação ao nosso povo, à nossa economia e à distribuição de renda – afirmou a senadora.

A líder disse que o crescimento da indústria continua, apesar da pequena queda de 0,1% entre março e abril, depois de seis meses de expansão. A parlamentar lembrou que analistas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) consideram esse recuo como uma pequena acomodação, e não reversão na

tendência de crescimento.

Em maio, a venda de automóveis bateu recorde histórico, disse. Entre 1º de janeiro e 30 de maio, foram licenciados 870 mil veículos, incluindo caminhões e ônibus. De acordo com a senadora, este volume representa um crescimento de 24%, em comparação ao mesmo período de 2006.

– Há inclusive filas nas concessionárias – comemorou.

No caso dos caminhões e do maquinário agrícola, informou ela, a espera é bem maior do que a dos carros de passeio, o que significa um aquecimento de vários negócios, da mesma forma que o aumento nas vendas de equipamentos e de maquinário.

Ideli referiu-se ainda à situação específica de Santa Catarina, estado em que o crescimento do faturamento das indústrias foi de 8,59% entre janeiro e março de



Aumento recorde da venda de veículos foi um dos aspectos destacados por Ideli Salvatti

2007, na comparação com igual período de 2006.

– Volto a realçar que o crescimento se dá em setores que apontam para a ampliação do desenvolvimento, em que a aceleração de vendas ocorre quando há a intenção de produzir ainda mais – salientou. Ideli chamou a atenção também para a agroindústria catarinense, onde há 2 mil postos de trabalho a serem preenchidos.

Crivella rejeita projeto contra homofobia

O senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) afirmou em Plenário que, da forma como está, o projeto que tipifica como crime a discriminação e o preconceito contra os homossexuais (PLC 122/06) não deve ser aprovado pelo Senado. Em sua opinião, ainda que seja importante combater a discriminação, a violência e o ódio, a proposta atenta contra a liberdade de culto e de

expressão. A matéria tramita na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

– Se aprovarmos o projeto como está, passa a ser crime um pai dizer ao filho que o homossexualismo é errado. Como fica a situação de um padre, de um pastor? Aprovada a lei, estaria eu próprio sujeito a pena de 2 a 5 anos, simplesmente por ensinar o que a Bíblia diz – observou.

Crivella informou que, em países onde leis de teor semelhante foram aprovadas, o homossexualismo, “antes escondido, passou a ser tolerado, depois enaltecido e, com as leis, passou a ser protegido”.

– Tenho medo do dia em que vire obrigatório – completou.

Para o senador, o projeto fere o direito dos brasileiros de livre expressão do pensamento.

Jucá: auxílio-doença deve ter mudanças aprovadas

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), pediu em Plenário a rápida aprovação, pela Câmara, do projeto que, entre outras medidas, disciplina a concessão de auxílio-doença. Para Jucá, a aprovação da matéria possibilitará a melhor gestão dos recursos da Previdência e beneficiará toda a sociedade, uma vez que, em sua avaliação, o déficit previdenciário não é de responsabilidade do governo, mas de toda a sociedade.

O senador se disse mais consciente dos problemas da Previdência Social após ter ocupado essa pasta, de março a julho de 2005. O projeto (PLS 261/05), do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), foi relatado por ele na Comissão de Assuntos Sociais e no Plenário.

Entre as modificações previs-

tas na proposta está a fixação de um teto para a renda mensal do auxílio-doença, que não poderá exceder a média aritmética simples dos últimos 24 salários de contribuição do segurado ou, no caso de o período de contribuição ser menor, o maior salário de contribuição. A opção será pelo que for maior.

Outra modificação enfatizada por Jucá é a extinção do decurso de prazo das fraudes da Previdência.

– A partir da descoberta de qualquer ação para burlar a Previdência, o benefício pode ser suspenso imediatamente – esclareceu.

Outra modificação prevista pelo projeto é a obrigatoriedade de os cartórios informarem a morte do segurado ao Ministério da Previdência Social.

Lobão pede solução para protesto dos guajajaras

Edison Lobão (DEM-MA) pediu ao ministro da Justiça, Tarso Genro, que “resolva de vez” os problemas dos índios guajajaras, que constantemente têm obstruído a BR-226, no Maranhão, sob o argumento de que a estrada passa em sua reserva.

O senador lamentou que isso se repita há anos, lembrando, no entanto, que a estrada foi construída antes da criação da reserva dos guajajaras. Lobão quer que o governo examine as reivindicações dos índios, atendendo naquilo que for aceitável. Para ele, não é mais possível que algumas centenas de indígenas prejudiquem os milhões de maranhenses.

Os guajajaras interditaram na terça-feira passada mais uma vez a rodovia, entre as cidades de Barra do Corda e Grajaú. A última interrupção do tráfego ocorrera duas semanas antes. Conforme o senador, a BR-226, que corta o Maranhão de leste a oeste, foi planejada no governo Getúlio Vargas e construída parcialmente no de JK.

Lobão disse que mandou asfaltar 100 quilômetros da estrada quando governou o Maranhão, mesmo sendo uma rodovia federal. “Até hoje o estado não foi ressarcido”, disse. A BR-226 liga Natal à Belém-Brasília, cortando quatro estados do Nordeste: Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão.

Gilvam cobra rapidez no processo contra Renan Calheiros

Gilvam Borges (PMDB-AP) fez um apelo, na quarta-feira passada, ao presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, senador Sibá Machado (PT-AC), ao corregedor do Senado, senador Romeu Tuma (DEM-SP), e ao próprio presidente da Casa, Renan Calheiros, para que procedam com urgência na análise da representação apresentada pelo PSOL contra Renan.

A representação ao conselho pede investigações sobre a suposta utilização de dinheiro da empreiteira Mendes Júnior para pagar contas pessoais do senador, o que implicaria quebra do decoro parlamentar.

O senador pelo Amapá disse que os integrantes do Conselho de Ética receberam documentação sigilosa com a defesa de Renan e pediu agilidade para que os parlamentares possam avaliar as provas rapidamente e votar. (Leia mais na página 8).

Papaléo alerta para uso intenso de inibidores de apetite no Brasil

Lembrando o caso da modelo Ana Carolina Reston, que morreu em decorrência de anorexia causada pelo uso indiscriminado de drogas inibidoras do apetite, o senador Papaléo Paes (PSDB-AP) chamou a atenção para o relatório anual da Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes (Jife), que coloca o Brasil como campeão mundial no consumo desse tipo de medicamento e cita o caso da modelo brasileira.

Papaléo, que é médico, sugeriu a veiculação de uma ampla campanha que alerte para os perigos do consumo indiscriminado de medicamentos e para o uso de inibidores de apetite sem o devido acompanhamento médico. O senador afirmou que o relatório da Jife adverte sobre os riscos do uso de drogas ilícitas, sobre a comercialização de medicamentos falsos e sobre a automedicação em geral.

Voz do Leitor

ELEIÇÕES MUNICIPAIS

“O TSE deveria aplicar teste seletivo aos interessados em se candidatar nas eleições municipais, dando certificado aos aprovados, que ficariam assim habilitados a concorrer. Essa medida acabaria com a eleição de prefeitos e vereadores analfabetos em nosso país.”

**Wilkison Braga,
de Santa Luz (PI)**

VENEZUELA

“O Senado reclama da crítica feita ao Congresso brasileiro por Hugo Chávez, e por este intrometer-se nos assuntos internos do nosso país. No entanto, a manifestação dos brasileiros em defesa da golpista RCTV não é uma intromissão nos assuntos internos da vizinha Venezuela? Uma Casa que se diz defensora da democracia não deve ficar ao lado de forças antidemocráticas e golpistas, como é o caso dos conglomerados midiáticos venezuelanos.”

**Rafael Dantas,
de São Paulo (SP)**

EXCELÊNCIA

“Empresa de excelência é a Embrapa. Em audiência na Câmara dos Deputados, seu presidente afirmou que o retorno social do que é aplicado na empresa é de 1.300%. Isso que é tornar o Brasil produtivo. Que todo o setor público nacional siga este exemplo.”

**Fábio Tavares,
de Marechal Hermes (RJ)**

LIVRE NEGOCIAÇÃO

“Entre as piores atitudes dos parlamentares está a aprovação da lei de livre negociação salarial, para empresas públicas e privadas. Deveriam ter deixado permanecer o artigo que concedia o mesmo índice de reajuste do salário

mínimo a todos os brasileiros com renda de três salários mínimos. Os funcionários públicos municipais são os maiores perdedores, porque em muitos municípios os prefeitos não reajustam os salários dos seus servidores há vários anos consecutivos. Em um país de tanta corrupção e desigualdade social, isso é inaceitável.”

**Neide Rosali Moreira Silva
Souza, de Ipororó (BA)**

EDUCAÇÃO

“Parabenizo o senador Cristovam Buarque, que mais uma vez mostrou a sua preocupação com a educação brasileira ao apresentar projeto de lei que responsabiliza os gestores públicos e os pais caso o aluno não se matricule ou frequente a escola. O senador disse que espera que o número de 20 milhões de brasileiros analfabetos diminua. Hoje a educação é o único bem precioso que um homem pode adquirir ao longo de sua vida.”

**Antonio Gleison do
Nascimento Soares,
de Pentecoste (CE)**

RELIGIÃO

“Parabenizo os senadores e deputados por evitarem criar mais um feriado religioso no Brasil, no dia da canonização de frei Galvão. Afinal, por que feriado religioso só para uma religião? Há séculos que saímos do Brasil-colônia, agora vivemos a liberdade de crença religiosa. Sugiro que, ao invés de ensino religioso enfatizando apenas uma religião nas escolas, seja implantada uma disciplina sobre meio ambiente e ecologia no ensino fundamental e no médio, pois o prejuízo ambiental que sofremos atualmente é fruto da educação ambiental não lecionada na escola do passado.”

**Dimas Januário Nunes,
de Ubá (MG)**

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Foto da Semana

Em sintonia com o provérbio chinês segundo o qual uma imagem vale mais que mil palavras, a Fundação SOS Mata Atlântica e o WWF-Brasil realizaram na terça-feira uma manifestação silenciosa em frente ao Congresso Nacional. No Dia Mundial do Meio Ambiente, fincaram 6 mil balões para simbolizar os 6 milhões de toneladas de gases liberados diariamente na atmosfera pelo país



JOSE CRUZ

Ambiente legal



MANUEL CITAK/GREENPEACE

Arca de Noé alerta para aquecimento

Uma versão moderna da Arca de Noé foi construída no Monte Ararat, na Turquia, onde a legendaria embarcação teria tocado

terra firme após o Dilúvio. A arca é parte de um projeto do Greenpeace que visa chamar a atenção para o aquecimento global.

A poluição na China

A cidade mais poluída do mundo, Linfen, na China, é um símbolo dos efeitos negativos do arriscado crescimento econômico do país. Moradores têm que usar máscaras com frequência e as doenças respiratórias se multiplicam na cidade de 3,5 milhões de habitantes. A poluição esconde o Sol, que só pode ser visto em poucos dias do ano, segundo

o jornal inglês The Guardian. Estima-se que até 2009 a China ocupe o lugar dos EUA como o maior emissor de gases estufa do planeta. Na China, 60% dos rios se encontram contaminados, as geleiras do Himalaia estão derretendo e, ao Norte, os desertos podem invadir comunidades, ameaçando 400 milhões de pessoas, segundo The Guardian.

Autoridades chinesas e indianas prometem adotar providências para reduzir os impactos ambientais de suas políticas de desenvolvimento. Na Índia, aumentou a frequência das enchentes e a produção de trigo caiu em 2006 devido à elevação das temperaturas.

CIGARRO E SAÚDE -

A Organização Mundial de Saúde (OMS) reforça o apelo à proibição mundial do fumo em locais públicos, com o objetivo de proteger a saúde dos fumantes passivos. E alerta para o fato de que, apenas no Brasil, o cigarro mata 80 mil pessoas por ano.

EXEMPLO DO PARANÁ -

A prefeitura de Maringá (PR) determinou a substituição, em todos os seus órgãos, de sacos e embalagens plásticos - que levam até centenas de anos para se decompor - por similares de plástico oxibiodegradável, que se deterioram em poucos meses. O governo do Paraná também está discutindo com os supermercados uma alternativa ao uso das sacolas.

ATENÇÃO AO DINHEIRO - Como você diria a um amigo que tem R\$ 717,50 a pagar?, questiona o consultor financeiro pessoal Rogério Olegário. Se respondeu “R\$ 700”, tome cuidado, pois tende a desprezar pequenos valores. Se respondeu “só R\$ 700”, tome mais cuidado ainda, pois tende a desprezar também grandes valores. “Preste atenção. Cuide de seus pensamentos sobre o dinheiro e, por consequência, de seu bolso. A sua qualidade de vida agradece”, afirma Rogério.

Frases

“Tem que fazer uma investigação séria sem criar uma situação oportunista de crucificar previamente o presidente”

Arthur Virgílio, sobre o fato de um irmão do presidente Lula ter sido indiciado pela Polícia Federal por tráfico de influência.

“Para o presidente deve ser uma dor, pois é o seu irmão. Mas a operação é um atestado de que não há obstrução do processo investigatório”

Ideli Salvatti, ao afirmar que a PF está investigando a todos.

“Efetivamente, o que estamos assistindo é à ação de um genérico de Hitler ou de Mussolini a copiar os mesmos métodos para esmagar a democracia e a liberdade”

Valter Pereira, sobre o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, que voltou a criticar o Congresso brasileiro.

“Foi uma saída à la Lula, nem tanto ao céu nem tanto ao mar”

José Agripino, sobre a resposta do presidente Lula às críticas de Hugo Chávez ao Senado brasileiro (“Chávez cuida da Venezuela, eu cuido do Brasil e Bush cuida dos Estados Unidos”).

“Mesmo se o mundo reduzisse hoje suas emissões de gases a zero, nada poderia ser realizado para reparar o estrago já feito no planeta”

Fernando Collor, no Dia Mundial do Meio Ambiente.

“Estou com a verdade e quem está com a verdade não teme nada”

Renan Calheiros, ao anunciar que não vai deixar o cargo de presidente do Senado enquanto o Conselho de Ética estiver investigando a denúncia de que suas despesas pessoais teriam sido pagas pela empreiteira Mendes Júnior.

“A obsessão da mulher brasileira pelo corpo perfeito é provavelmente o maior motivo do uso intensivo de estimulantes receitados como inibidores de apetite”

Papaléo Paes, ao citar o relatório anual da Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes, que aponta o Brasil como campeão mundial no consumo desse tipo de medicamento.

RESENHA

O segundo manual de Direito Romano do país

ALEXANDRE GUIMARÃES

O Curso de Direito Romano, história, sujeito e objeto do Direito, instituições jurídicas, de autoria de Abelardo Saraiva da Cunha Lobo, volume 78 das Edições do Senado Federal, é obra jurídica de valor incalculável.

Segunda obra do gênero publicada no Brasil – a primeira, História interna do Direito Romano privado, foi lançada, em 1854, pelo senador Visconde de Vieira da Silva –, o livro terminou

por ser um projeto inacabado. Antes de falecer em 1933, o autor somente conseguiu publicar quatro dos sete livros programados.

Nesta edição, encontramos os três primeiros livros, que resumem a base histórica, reunidos num só volume: “Organização do Direito Romano”, “Expansão do Direito Romano – Causas do seu desenvolvimento” e “Influência universal do Direito Romano”, todos lançados em 1931. Estas três partes abrangem de modo quase total os temas a que se propõem, sendo base de todos os manuais publicados desde então.



Cunha Lobo foi jurista de renome em sua época. Nascido em São Luís do Maranhão em 1869, bacharelou-se na Faculdade de Direito do Recife em 1888. Figura presente no movimento pela proclamação da República, renunciou ao posto de cônsul no México por ser contrário à dissolução do Congresso e ao golpe dado pelo marechal Deodoro da Fonseca.

Um dos maiores romanistas do país, Cunha Lobo assumiu a cátedra de Direito Romano da atual Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1915, lecionando até seus últimos dias.

A esta edição, são anexadas pequenas biografia e bibliografia do autor, além do programa detalhado elaborado por Cunha Lobo, lição a lição, para a disciplina de Direito Romano do curso de doutorado da Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro.

Relevante, especialmente, por ser um clássico jurídico, é obra imprescindível para o estudo dos bacharelados de Direito e de indiscutível interesse para todos que se interessam pela história jurídica.

Alexandre Guimarães é consultor legislativo do Senado. O livro Curso de Direito Romano, de Abelardo Saraiva da Cunha Lobo, pode ser adquirido por R\$ 30. Mais informações podem ser obtidas pelo e-mail livros@senado.gov.br ou pelo telefone (61) 3311-4755.

SENADO

Livro analisa política externa de Jânio

O Senado promoverá nesta quarta-feira o lançamento do livro *Desafio* inacabado: a política externa de Jânio Quadros, do diplomata Carlos Alberto Leite Barbosa. Com o apoio da editora Atheneu, o evento acontecerá às 19h na Biblioteca Acadêmica Luiz Viana Filho.

A publicação é uma contribuição para difundir às novas gerações, sob a ótica das relações internacionais, um período marcante da história brasileira – os episódios que marcaram os sete meses do governo Jânio Quadros, interrompido pela sua renúncia no dia 25 de agosto de 1961.

De acordo com o autor, o ex-presidente Jânio Quadros sugeria que o país deveria estar mais presente no cenário político mundial. Tomou várias medidas de incentivo à abertura econômica e cultural, principalmente em relação aos países africanos, e ainda no diálogo com aqueles que passavam por um processo revolucionário de independência e autonomia.

Leite Barbosa iniciou a carreira diplomática em 1959, aos 23 anos, após concluir o curso do Instituto Rio Branco. No ano seguinte, participou da campanha de Jânio Quadros à Presidência. Em 42 anos de profissão, serviu em Nova York, Buenos Aires e Madri, e foi embaixador em



Jânio faz campanha para Prefeitura de São Paulo, em 1953: ex-presidente defendia maior participação na política internacional

Bogotá, Roma e Paris e representante do Brasil perante a Organização dos Estados Americanos em Washington.

Na terça, o Coral do Senado se apresenta na Sala Martins Penna do Teatro Nacional Cláudio Santoro, com a regente Glicínia Mendes e o pianista Guilherme

Montenegro. Também haverá apresentação do Madrigal de Brasília, com o regente Éder Camúzis e a pianista Marília de Alexandria. A entrada é gratuita.

Mais informações podem ser obtidas na Secretaria de Relações Públicas do Senado, nos telefones (61) 3311-2995 e 3311-2994.

Arquivo aberto

Em 15 de junho de 1977, há 30 anos, foi aprovada, em primeiro turno, a Emenda Constitucional 9, que instituiu o divórcio, e seria promulgada em 28 de junho. Segundo informou o *Jornal do Senado*, na edição de 20 a 26 de junho de 2005, “a votação histórica coroou a luta de 26 anos do senador Nelson Carneiro (MDB-RJ), autor da proposta, que teve a co-autoria do senador Acioly Filho (Arena-PR)”. Até então, o que a lei permitia era o desquite, que impedia homens e mulheres de se casarem



de novo. Durante o primeiro turno da votação, que começou pela manhã e só foi encerrado na madrugada seguinte, o debate teve momentos tão tensos que deputados antidivorcistas bradavam que “a desquitada é uma mulher cantável”, “divórcio é fabricação de menores abandonados”.

- A Lei do Divórcio teve um efeito benéfico porque regularizou a situação dos casais que viviam à margem da lei, legalizou os filhos oriundos dessas uniões e (...) não destruiu a família - comemorou Nelson Carneiro (na foto, durante discurso na Câmara após a aprovação da emenda, em 1977).

12 de junho - Em 1987 foi lançado, pelo então ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, o Plano Bresser. Por meio dos decretos-leis 2.335, 2.336 e 2.337, houve congelamento de preços e aluguéis, fim do gatilho salarial e criação da Unidade de Referência de Preços, a URP. A repercussão no Plenário do Senado está registrada em áudio no arquivo. Vinte anos depois, com o término do prazo para solicitar o pagamento de perdas com a correção monetária de cadernetas de poupança em função das medidas, o senador Paulo Paim (PT-RS) se manifestou em Plenário, no último dia 28 de maio: “Com o avanço tecnológico de hoje, é inadmissível que as pessoas tenham dificuldades para descobrir onde está o dinheiro que têm, como direito, aplicado nas suas poupanças em razão daquele período do Plano Bresser”.

16 de junho - Em 1927, há 80 anos, nasceu o escritor Ariano Suassuna. O escritor esteve no Senado em 1988, ano em que recebeu a comenda da Ordem do Mérito Cultural. No mesmo ano, em 4 de abril, a TV Senado exibiu “aula-espetáculo” com Ariano Suassuna.

Pesquisa elaborada pelo Serviço de Pesquisas Jornalísticas do Cedoc Multimídia

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editor-chefe: Valter Gonçalves Júnior
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Flávio Faria, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Suely Bastos.
Reportagem: Cíntia Sasse, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.

Diagramação: Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda, Raul Grilo e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa,

Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar 70165-920 Brasília (DF)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Escolher profissão exige reflexão e paciência

Dinheiro, sucesso e realização pessoal são o que a maioria das pessoas espera obter com a profissão escolhida. Decidir entre as centenas de opções possíveis, no entanto, não é tarefa simples. Grande parte das escolas não auxilia os alunos no processo de reflexão, contribuindo para a indecisão e a escolha sem critério.

No caso dos adolescentes, a

inexperiência, a insegurança, a falta de informação e uma personalidade em construção tornam a resposta ainda mais difícil.

O Especial Cidadania reúne nesta edição alguns conselhos de especialistas para que a escolha da profissão seja sistematizada, o que pode torná-la um processo menos angustiante e com maior possibilidade de sucesso.

1 Por onde começar?

A escolha da profissão deve ser iniciada muito antes do preenchimento da ficha de inscrição no vestibular, ou da decisão de recomendar, no caso do adulto. Ela deve resultar de um longo processo de reflexão.

É preciso ter coragem de encarar as dúvidas, mesmo que isso provoque angústia. Por ter muitos caminhos ainda abertos à sua frente, o indeciso tem todas as possibilidades de fazer uma boa escolha. Basta adotar um método, começando pelo autoconhecimento:

Em que ambiente você vive?

- > Quais os valores dos seus familiares?
- > Qual a profissão deles?
- > Qual é a realidade social e financeira da sua família?
- > Qual o tamanho da sua cidade, as principais atividades econômicas e a cadeia de profissões que participam dessas atividades?

Quem é você?

- > Quais os valores familiares, sociais, religiosos e profissionais você abraça?
- > Quais são seus pontos fortes: criatividade, organização, comunicação, liderança, disciplina?

- > Quais as suas maiores dificuldades?
- > Quais são as suas maiores habilidades e dons: artísticos, intelectuais, esportivos?
- > Quais são seus principais interesses? Do que você mais gosta?
- > Quais as matérias da escola com que tem maior afinidade? E quais as de que você não gosta? A afinidade ou aversão a essas matérias pode ser resultado do desempenho do professor ou independe disso?
- > Ouça sua família e amigos: quais características e habilidades eles vêm em você?
- > Que profissões você já teve ou em quais trabalhou? O que foi bom e quais as dificuldades?
- > Do que você mais gosta na sua vida e quais os aspectos dela que deseja mudar?

Refletir sobre tudo isso e anotar suas impressões é um bom começo. Melhor ainda se você puder atualizar periodicamente essas anotações e pensar sobre as eventuais mudanças.

3 É preciso conhecer as carreiras

Nesta terceira etapa, as informações sobre as carreiras devem ser o centro das atenções. A maioria dos especialistas afirma que os jovens conhecem muito pouco sobre as profissões. Sem contar que muitos ainda se deixam enganar por estereótipos.

No entanto, essa é a parte menos angustiante do processo. Veja quais as informações a serem buscadas sobre cada carreira:

- > conhecimentos a serem adquiridos
- > duração do curso (ou cursos)
- > rotinas dos profissionais da área
- > custos dos estudos
- > locais e instituições que oferecem os cursos
- > especialidades dentro da área
- > opções de trabalho (emprego ou negócio próprio; pesquisa, ensino)
- > viabilidade de conciliar carreira e família, se seu projeto de vida incluir cônjuge e/ou filhos
- > onde estão as maiores oportunidades e quais são os salários ou rendimentos de cada profissão.

De posse dessas informações, deve-se refletir:

- > Ter uma idéia exata do que realmente exigem e oferecem as carreiras que tem em mente?
- > Cuidado com os modismos, o precon-

ceito e as pressões sociais - não existem profissões mais ou menos nobres ou que sejam sinônimos de sucesso ou fracasso por si sós. O sucesso diz respeito à satisfação da pessoa com o que faz, em todos os aspectos: pessoal, familiar, financeiro, de contribuição social. Ele é fruto da relação de cada pessoa com o trabalho e, portanto, é algo muito individual e não um atributo desta ou daquela profissão.

- > Muitas carreiras interessantes não exigem curso superior. Cursos técnicos de alto nível podem ajudar a realizar o seu projeto de vida. Na indústria e no setor de serviços, por exemplo, há profissionais altamente requisitados e bem-sucedidos: torneiros e ferramenteiros; técnicos em telecomunicações, mecatrônica, edificações, hotelaria; marceneiros; cabeleireiros e maquiadores; decoradores; protéticos etc. Muitos desses profissionais podem ainda ter o próprio negócio, lembrando que treinamento e estudo garantem a atualização e o aprimoramento nessas áreas e devem ser constantes.
- > Entre os cursos desejáveis, quais as opções ao seu alcance? Não atribua peso excessivo à concorrência (no vestibular, na vida profissional), mas não a desconsidere.



Raphaela Cristina desenha no Curso de Design Gráfico do Senai, que tem duração de dois anos: conhecer os próprios talentos ajuda na escolha da profissão

2 Qual o projeto de vida?

Neste momento, é hora de pensar sobre o seu projeto de vida, já que escolher a profissão é também definir um projeto e até um estilo de vida. Conhecendo sua realidade e percebendo que aspectos dela você deseja conservar e quais quer mudar, surgem novas perguntas:

Que tipo de relação com o trabalho parece ser o mais adequado às suas características?

- > Empregado, patrão, autônomo?
- > Rotina rigorosa ou maior flexibilidade de horários?
- > Atividade mais ou menos rotineira?

Que tipo de ambiente pode proporcionar-lhe maior satisfação pessoal?

- > Campo ou cidade? A sua cidade ou

outra? Pequena, média, grande?

- > Escritório, sala de aula, estúdio, laboratório, consultório, ar livre?
- > Com muitas viagens, possibilidade de viajar ou viagem nenhuma?

FAMÍLIA

- > Você deseja casar, ter filhos?

DINHEIRO

- > Que peso tem esse aspecto no seu projeto?
- > Quais as suas expectativas em relação ao aspecto financeiro?

Definidas as suas características, os assuntos de seu interesse e aonde deseja chegar, é hora de dar o passo seguinte. Qual curso escolher?

4 Teste antes de decidir

Bem informado, passe à fase final do processo. Selecione as opções mais interessantes e...

- > pesquise quais são as pessoas que se destacam em cada uma, qual a história e o estilo de vida delas
- > explore as opções de atuação na profissão - lembre-se de que o contador que é excelente observador pode ser auditor; o bacharel em Direito bom de matemática pode ser advogado tributarista; o arquiteto pode ser paisagista etc.
- > assista a, pelo menos, uma semana de aula da faculdade ou do curso

técnico

- > acompanhe um parente, amigo ou conhecido pelo menos uma semana no trabalho
- > pergunte-se: "Estou apenas interessado em determinada área do conhecimento ou disposto a me comprometer com esse projeto de vida?"
- > ouça seus pais, cônjuge, sua família
- > não tenha pressa: se ainda estiver indeciso, não escolha. Faça um curso de curta duração, viaje, trabalhe um pouco. Não é fácil, e muitas vezes não será possível mudar de carreira.

Atenção para a orientação profissional

Os testes vocacionais, que ficaram famosos anos atrás, estão ultrapassados. Hoje a orientação profissional funciona como uma espécie de auto-ajuda. Psicó-

logos e pedagogos orientam o processo para que a própria pessoa encontre resposta. Lembre-se de que, mesmo assim, eles não são determinantes.

Saiba mais

Ministério da Educação
0800 61-6161
www.portalmec.gov.br

Centro de Integração
Empresa-Escola (Ciee)
Rua da Constituição, 65 e 67
Rio de Janeiro (RJ) - CEP 20060-010
(21) 2505-1200
www.ciee.org.br

Unidades no país
www.ciee.org.br/portal/institucional/uni_b.asp

Fundação Universitária para o Vestibular (Fuvest) - Manual de carreiras
www.fuvest.br/vest2002/manual/manual.stm

Editora Abril
Guia do Estudante
www.guiadoestudante.com.br

E-Estudante
www.estudantes.com.br

Vestibular 1
www.vestibular1.com.br